

os lugares do sentido

Hugo Mari

1991/02
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



0118789302

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

DOAÇÃO

De: MARI

Em: 17, 07, 92

Número 1

Julho - 1991

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

Sônia Márcia Correa

Cláudio Rezende

DATILOGRAFIA

Ismael de Paula

Eloisa Santos Pereira

REVISÃO

Hugo Mari

42-01110451-2

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

27/05/93

1127213-01

**FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

NÚCLEO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA

AV. ANTÔNIO CARLOS, 6627 - SALA 2051 - 2º ANDAR

31270 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL

**FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA**

Normas para publicação nos Cadernos de Pesquisa do NAPq

- 1- Os trabalhos deverão ser encaminhados na forma final para publicação, de acordo com o modelo fornecido pelo NAPq.
- 2- Deverão ter o mínimo de 20(vinte) páginas e o máximo de 60(sessenta) páginas e deverão ser datilografados com o tipo COURRIER, em espaço de 1,5(um e meio). Termos ou expressões sublinhados deverão vir em *itálico*.
- 3- Subtítulos deverão ser datilografados em caixa-baixa, em negrito, alinhados à margem esquerda. Os parágrafos deverão ser alinhados com quatro toques a partir da margem.
- 4- As notas e referências bibliográficas deverão vir no final do trabalho e deverão seguir as normas em vigor da ABNT.
- 5- Em página separada deverão vir o título do trabalho, em caixa-alta, o nome do autor, em caixa-baixa, seguido de seus dados curriculares em forma sucinta.
- 6- Os trabalhos, de inteira responsabilidade do autor, deverão ser enviados ao NAPq, via departamentos da FALE-UFMG, de acordo com os critérios de seleção que julgar pertinentes.
- 7- Deverão estar relacionados com as linhas de pesquisa departamentais e/ou do curso de Pós-Graduação da FALE-UFMG.

os lugares do sentido

Hugo Mari

11/11/01
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



0118789302

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

DOAÇÃO

De: NAIQ

Rm 17,07,92

Número 1

Julho - 1991

1. INTRODUÇÃO

A análise da significação numa língua natural tem sido marcada por uma série de controvérsias que vão desde uma flutuação terminológica e conceitual até a incerteza da definição de um dimensionamento preciso daquilo que deve ser a tarefa de uma Teoria Semântica. Um aspecto dessa flutuação pode ser verificado nas diversas formulações que buscaram uma compreensão dos fundamentos da significação. Lembremos as relações triádicas de Peirce (objeto, sinal, interpretante), de Frege (sentido/referência/representação) e a relação dual proposta por Saussure (Se/So). Na extensão desses comentários, não detalharei aqui problemas relativos ao contraste de cada uma dessas abordagens com suas concorrentes e nem mesmo o peso teórico de cada uma. Interessa apenas ressaltar o que a intervenção de Saussure introduz de específico: a análise da constituição e do funcionamento de um signo no interior de uma língua natural. Isso não é extensivo aos outros autores, ainda que seus modelos tenham sido usados também na análise do sentido em sistemas naturais. É evidente que todos esses esquemas pressupõem um sistema de organização dos elementos (seja lá qual for - um sistema lingüístico, ou um sistema semiótico) e os agentes que o fazem circular, que o materializam de alguma forma.

Apesar de todas as diferenças que podem ser a pontadas em cada formulação específica, é importante também guardar os muitos pontos em comum que per passaram todas essas formas de abordagem. Vejamos alguns desses pontos convergentes:

a) A função de representação:¹ Desde formas genéricas de definir o signo, como uma proposta por Santo Agostinho , de dizer que ele é "alguma coisa que está no lugar de outra", ou mesmo passando por sua menção explícita em Frege, a representação como "experiências sensíveis da ordem do subjetivo", até uma formulação instrumental como a de Saussure, onde Se e So recortam faces distintas de uma mesma realidade, a questão da representação se fez presente. Ao signo, não importa em que concepção ou formato, sempre foi assinalado o caráter de mediador: medição com uma realidade que pode fundar, ou denotar, ou apenas nomear, mas sempre se colocando "no lugar de", "como se fosse...". Essa tem sido uma questão controvertida em alguns aspectos da sua discussão mais recente. Assinalemos as investidas da Teoria Causal da Referência, tanto no que diz respeito aos nomes próprios (Kripke), como às espécies naturais (Putnam).² Está em jogo nessa Teoria o ca-

(1) Essa função de representação costuma ser chamada também de função de denotar, sobretudo em textos da Teoria da Referência.

(2) Cf. DONNELLANN (1977), KRIPKE (1972), PUTNAM (1975), (1988) e SCHWARTZ (1977).

râter não necessário das categorias que se atribuem a signos particulares como condição primeira para denotar.

b) A função de significar: Numa dimensão não tão evidente quanto à primeira, podemos admitir o fato de que as abordagens mencionadas confluem num outro ponto: a relação entre signos (ou de signo sobre signo) é também geradora de significação, independente ou simultaneamente à função primeira de representar. Não há nesse aspecto uma forma muito uniforme que permita a avaliação dessa premissa no conjunto das abordagens citadas. Apenas no que diz respeito a teorias mais recentes é que se pode verificar esta particularidade com mais evidência, por exemplo, naqueles em que o significado é de natureza composicional. (Katz/Lakoff).³ De toda forma, a alusão de que uma semântica da frase tem como ponto de partida uma semântica da palavra é lugar comum na introdução de qualquer abordagem sobre o sentido numa língua natural.

Mesmo reconhecendo uma certa necessidade de aprofundar muito vagamente nos comentários anteriores, julgamos que o mais importante, no momento, é fazer avançar a discussão do sentido naquela direção que tem representado um desafio maior, isto é, falar da sua produção em contextos historicamente

(3) Cf. KATZ (1977), (1979) e LAKOFF (1978).

determinados. Assim, para tratar a questão do sentido, numa dimensão que dê conta das diversas modulações de significação a que a prática de linguagem remete e não apenas insistir no rastreamento de suas unidades formais ou na "colagem" de determinantes históricas a certas tipologias de discurso, suponho que seja necessário percorrer os caminhos que se abrem com a seguinte questão: De onde vem o sentido?

2. TRÊS DIMENSÕES DO SENTIDO

Se percorrermos a reflexão recente naquilo que se tem produzido de mais relevante sobre o sentido, seja numa análise teórica da sua configuração, seja numa orientação pragmática de suas "finalidades", vamos deparar com intervenções bastante distintas que, para efeito de análise, podemos reunir nas três direções seguintes:

2.1. - O SENTIDO VEM DO SISTEMA

Influenciada de um lado pelas possibilidades de arranjo estrutural e de cálculo que alguns sistemas lógicos têm proposto, da mesma forma que incentivada pelos avanços alcançados com a sintaxe, a questão do sentido passou a ser vista, em alguns momentos, como mera extensão desses dois planos anteriores. Em outras palavras, dados sistemas formais capazes de lidar com quantificação, tempo, de

terminação, etc. e em função das possibilidades de formalização sintática de estruturas frasais, o sentido (ou a interpretação semântica) passa a ser uma questão "menor" derivada sob a forma de "outputs" dessas duas instâncias. A maior parte das teorias semânticas recentes, bem ou mal, alimentaram tal princípio, e o sentido passou a ter apenas essa dimensão formal, secundária e não se pode esquecer o fato de que o sucesso relativo alcançado com esse tipo de abordagem, em épocas recentes, sustentou a idéia de que ele seria a única forma de operar com o sentido. Categorias como postulados de sentido, pressuposição, implicação, anáfora, topicalização, etc. passaram a ser recrutadas na incumbência de comporem a forma lógica de uma frase, estágio formal (final) da discussão do sentido. Mas as posições nunca foram assim tão lineares e consensuais (isso seria simplificar). Basta avaliar o teor das contravérsias e o espaço por elas ocupado nesse momento: a interpretação semântica deve começar na estrutura profunda ou na superficial? Qual o papel de cada estrutura na interpretação semântica? A lógica clássica dá conta da descrição do sentido de uma língua natural? Que modalizadores, além daqueles já introduzidos numa lógica modal não-standard, são necessários para a descrição do sentido? O sentido é de natureza composicional? Os signos para espécies naturais comportam definições analíticas?

Amplitude dessas questões e a forma decisiva com que foram tratadas em alguns momentos possibilitaram imprimir na discussão sobre o sentido um nível de exigência (e transparência) que propiciou a fixação de um grupo de categorias e a sua forma da articulação como necessária à compreensão dos fenômenos de sentido. Tal esforço de análise ampliou o número de fenômenos em avaliação (praticamente se fez análise semântica de grande parte dos fatos sintáticos estudados na época), o que representou um avanço significativo na compreensão e no alcance de uma Teoria Semântica. Mas essa devoção objetivista não foi capaz de avaliar cortes excessivos que eram operados e acabou por estreitar demais a concepção de sentido numa língua, isto é, fez dele o produto apenas de certas propriedades lógicas disponíveis no aparatus formal utilizado na análise. Assim, o sentido era processado de modo um tanto determinista: o que está no conjunto das regras (organização funcional da frase + arranjo estrutural de unidades léxicas, elementos previamente definidos) está no produto final.

Quando menciono que uma concepção determinista do processamento do sentido tende a estreitar o universo de compreensão (ou das possibilidades de compreensão), não estou lançando restrições sobre a natureza dos algoritmos que foram propostos para o seu cálculo. Como máquinas lógicas, deles só po-

demos esperar que tenham essa natureza. Mas não é somente face ao dispositivo de cálculo, uma feição um tanto exterior (metalingüística) que a questão de determinismo deve ser avaliada: interessa-nos indagar sobre o poder de mobilidade dos usuários nas suas relações com o sistema. E nesse aspecto, o sistema é ainda mais enfático na sua determinação: um usuário se constitui como tal no interior do sistema. Por acaso existiria algum usuário isento dessa determinação? A formulação mais contundente da questão é a noção de falante/ouvinte ideal: este é do tamanho do sistema, nem uma aresta a mais (uma hipótese por absurdo), nem a menos. Então, o sistema, seja numa forma abstrata, seja como um acontecimento, é sempre a Lei, está acima do desejo dos falantes: A língua assume aqui uma dimensão de lugar: lugar onde se articula o sentido.

Essa eu penso ser uma forma de relatar uma parte da história da semântica moderna naquilo que ela apresenta em termos de postura filosófica. Não resisto, todavia, ao fascínio de contrastar essa formulação, que assegura um sentido monolítico, com a intuição que temos de uma certa diversificação (e até fluidez) dos discursos sociais. Enfim, não gostaria de ceder completamente a esse modo de operar o sentido.

2.2 - O SENTIDO VEM DO SUJEITO

Uma dimensão imediatista e operacional, a quesção do sentido também tem sido vista como alguma coisa que surge das situações de intercâmbio entre os homens. Aqui o parâmetro básico da aferição são os objetivos finalistas buscados numa eficácia comunicativa. O sujeito, na dimensão de emissor, de falante, conjuga com o seu discurso um certo número de intenções comunicativas que procuram saturar o nível de redundância da mensagem, a fim de permitir, da parte de outro sujeito, na qualidade de recebedor, de ouvinte, a compreensão global da mensagem. O sujeito, nos termos aqui entendido, torna-se o centro de todo o processo de produção do sentido: é ele que decide sobre os arranjos do código, seleciona o canal, alimenta redundâncias, filtra ruídos.

A preocupação mais importante desse enfoque foi traduzir a linguagem numa perspectiva instrumental, onde o sentido, a informação ali veiculada, está a serviço de objetivos imediatos na interação entre os falantes capaz de os induzir, de lhes impor comportamentos, atitudes, ações...

No âmbito dessa concepção incluiria, marcando diferenças relevantes, um conjunto muito extenso de abordagens que oscilaram no peso atribuído ao próprio sistema, mas que registraram, unanime-

mente, sua intervenção no problema por um apelo ao papel do sujeito. Podemos listar aqui os comunicólogos da era macLuhan que procediam a uma análise minuciosa dos componentes do processo de comunicação inserindo redundâncias, diminuindo ruídos e escolhendo canal e código, como forma de garantir a eficácia do processo. Numa outra perspectiva, incluem-se nesse domínio versões sobre a teoria dos atos de fala⁴, responsáveis por recuperar, em alguns momentos, uma visão empirista de um sujeito portador de propósitos intencionais (cf. condições preparatórias); e às vezes, em contraste com uma densidade dialógica da linguagem construída em cada situação discursiva, acabam por idealizar um certo pacto de circulação do sentido.

Por último, inclui-se parte da análise sobre as funções da linguagem, como preocupação básica de definir uma tipologia de formações discursivas a partir de dois pontos fundamentais: a recorrência e o arranjo estrutural de unidades/fatos linguísticos, atrelados a intenções e a convenções de comunicação. Penso que essa abordagem situa a questão do sujeito num nível diferente do anterior, pois aponta sobretudo para um arranjo do código.

(4) Refiro-me aqui à versão clássica da Teoria dos Atos de Fala (Cf. AUSTIN(1962) e SEARLE(1984). Abordagens mais recentes dos Atos, como têm sido propostas por VANDERVEKEN(1983) e (1985), ultrapassam essa formulação em grande parte.

É difícil arrolar todo esse conjunto de abordagens numa avaliação global, tal foi o número de questões específicas analisadas a partir de cada situação, mas uma questão é comum a todas: a recuperação do sujeito como necessário a uma composição teórica dos conceitos. E ao fazê-lo, elas acabam por se tornarem vulneráveis a todo o tipo de compromisso que uma alusão a essa categoria implica na nossa tradição acadêmica. As implicações desses compromissos não são atenuadas pela suposição de que a introdução do sujeito, por si só, é uma forma de confrontar o caráter determinista do sistema, visto na seção anterior, mesmo porque algumas dessas versões (veja-se, p. e., a Teoria dos Atos de Fala, na sua forma original) apenas trocam o roupagem do determinismo: se no primeiro momento o conjunto das regras do sistema é que mantinha essa característica, agora é o conjunto das convenções, dos rituais comunicativos que vai determinar a interpretação. Aqui é importante ressaltar que nenhuma das três categorias constitui um exemplo de Teoria Semântica, mas é evidente que todas trataram de questões sobre o sentido, o que é suficiente para incluí-las numa dimensão mais abrangente de Semântica.

Seguramente, devemos manter acesa uma certa expectativa da recuperação do sujeito numa teoria do sentido, porque, por certo, há argumentos que

sustentam essa hipótese com base numa série de propriedades de sentido que extrapolam o cálculo proposicional e/ou dos predicados. A questão para nós, então, é saber o que fazer para isolar esses "compromissos" largamente sedimentados, enfim, de assumi-lo a partir de uma caracterização que o torne necessário como um "dispositivo suplementar de cálculo". Nesta direção, o sujeito só pode ser avaliado a partir de uma primeira ordem de determinação, o sistema, o que faz dele uma prerrogativa de linguagem. Então, se no final da seção anterior, supunha a linguagem como um lugar e insistia na sua expansão para admitir a inscrição do desejo, aqui penso que podemos melhor assentar esse problema, admitindo a "materialização" do desejo sob a forma do sujeito, o que será desenvolvido mais adiante.

2.3. O SENTIDO VEM DA HISTÓRIA⁵

O conjunto dos enfoques que pode receber a denominação de uma análise social do sentido também deriva por caminhos bastante diversos. As análises diacrônicas do sentido, onde se busca uma explicação da evolução (mudança) do sentido com base em determinantes (às vezes um tanto vagas) de natureza histórica (sociais, culturais, políticas, econômicas), cobrem aquilo que seria entendido como parte dessa visão. Numa outra dimensão, podemos lem-

brar os trabalhos de Trier que tentou analisar a organização e a distribuição, num campo lexical, do conjunto das palavras que expressavam ramificações da noção de saber, com base nas oscilações globais sobre a questão do conhecimento que marcou, na Alemanha, a passagem do século XI para o século XII.

Mais recentemente, ensaios sobre a análise do Discurso, na sua versão francesa, ampliaram a questão com uma tonalidade um tanto distinta, que pode ser sintetizada numa indagação básica: qual o papel das condições de produção "lato sensu" na produção do sentido? Em outras palavras, o que tem de histórico uma Teoria da Produção do Sentido? Uma análise dessa questão implica o pressuposto de que existe um compromisso entre o social e o lingüístico, de forma orgânica, constitutiva e tem, como função, demonstrar como esse compromisso se materializa nas práticas de linguagem. Essa forma de conceber o problema ainda é diagnosticado em termos de proposições muito abrangentes e tem, por isso mesmo, progredido muito pouco, ou, às vezes, recebido um tratamento reducionista que se contenta em criar uma certa covariação entre fatos sociais e fatos lingüísticos.

-
- (5) Somente depois de ter redigido essa formulação é que começou, aqui entre nós, a circular a questão do fim da História. Não creio que o teor incipiente da discussão possa alterar o raciocínio aqui desenvolvido.

Se vamos assumir, como essa hipótese prevê, que o sentido é produzido a partir de condições historicamente determinadas, precisamos especificar, com maior clareza, como é que essa determinação de fato se dá na globalidade dos discursos sociais que conhecemos. O primeiro passo aqui é assumir, na esteira dessa hipótese, que nenhum discurso é necessariamente individual: haverá para qualquer prática de linguagem marcas que prevêm de representações disseminadas pelo coletivo-social; mas o discurso não é também essencialmente universal: haverá nele traços que o caracterizam como produto de condições bem específicas e localizadas. O sentido, assim concebido, em outras palavras, se mostra como resultado de configurações atreladas a uma formação social específica (por exemplo, podemos tomar os movimentos de organização social (grupos/classes) como um aspecto de uma Formação Social dominante hoje no país.

O que conhecemos como discurso sindicalista, hoje, assinala uma posição de classe bastante evidente sobre a relação capital-trabalho. O paternalismo estatal/privatista foi substituído por um conflito aberto entre sindicalistas, empresários e governo, decorrente de condições materiais e políticas determinadas. Mas não há universalismo, nem consenso, quando consideramos o total das falas des

ses agentes. Logo, se a diferença é o que conta na mesa de negociação (cada parte tem o seu índice de correção/ajuste, sua posição sobre questões micro e macro-políticas, etc.) é ela que concorre para desfazer o universal, assegurando até mesmo divergências no interior de uma classe (ou um segmento de). Se esse arranjo, em bases ainda provisórias, tem repercussão na natureza dos discursos, isso se dá de um modo um tanto global, já que apenas apontaria para uma determinação que regula a flutuação entre o universal e o individual.

Entretanto, diferenças se configuram por razões ainda mais localizadas; resultam de valores situados no interior de uma formação ideológica: isto é, do conjunto de forças políticas que se confrontam (ou se anulam) numa dada conjuntura. Projetando esse conceito sobre a linguagem, podemos dizer que uma Formação Ideológica se define por um conjunto de formações discursivas - digamos assim, um conjunto de princípios, de valores que regulam os discursos cabíveis, aceitáveis ou desejáveis numa dada posição de classe e em função de algum objeto específico.

Assim, se o comportamento discursivo de grande parte do movimento sindical brasileiro decorre de uma formação discursiva que implica valores como "estamos preparados para o confronto", sabemos

que há facções desse movimento que pautam sua conduta por parâmetros distintos, que a abrigam ainda a dependência e a tutela. Por isso, no discurso de uns, a tentativa de pacto social é aceitável, mas não o é no de outros. Mas essa diferença pode cair em alguns momentos (é, por exemplo, quando a idéia de uma greve geral começa a caber em ambos os discursos). Essa marca relativamente consensual (uma greve geral) acaba se dissipando, na medida em que passa, na hora de operar objetivamente, a conviver com novas diferenças: "greve geral que pára a produção", "greve geral que possibilita acordos".⁶

Essa maneira de lidar com uma determinação da determinação (o processo de produção determina certas expectativas de valores, que determinam os discursos) foi tratada de um modo mais elegante por Eliseo Verón⁷, quando formula a hipótese de uma Gramática de Produção dos discursos sociais (e correspondentemente uma Gramática de Reconhecimento). Dizemos que elas, como reguladoras dos processos discursivos, se fundam em condições materiais específicas e em função de posições de classe bem de-

(6) Na greve geral, em abril de 1989, os meios de comunicação estamparam a diferença de comportamento dos líderes das principais centrais de sindicatos: enquanto a CGT era mostrada, fazendo contratos com patrões, a CUT era mostrada, fazendo contas da paralisação.

(7) VERÓN (1980)

terminadas. Elas, então, correspondem a dispositivos de engendramento de sentidos e contêm especificações sobre aquilo que pode e deve ser dito (ou reconhecido). Essas gramáticas teriam como função englobar, numa única dimensão de produção (ou de reconhecimento), o conjunto das determinações históricas que "pesam" sobre o sentido. Apesar da "elegância" mencionada, a proposta do autor tem sido muito pouco explorada e o seu real alcance, em termos de análise social do sentido, ainda está para ser dimensionado, seja como quadro teórico, seja na sua feição operacional.

As três abordagens desta seção permitem avaliar a maneira pela qual a questão do sentido tem sido tratada. Viu-se, através de cada um desses momentos, que o sentido é produto de determinação, ou é fruto de ações voluntárias. Uma versão atual de uma Teoria do Sentido terá de enfrentar problemas dessa natureza. Não se pode recusar o determinismo em favor de um voluntarismo ingênuo, e nem refutar o voluntarismo em nome de um determinismo que tudo pode. Talvez aqui se situa uma especificidade da linguagem: possibilitar a emergência do desejo face o determinismo. A grande questão que se coloca para uma Teoria do Sentido será avaliar a viabilidade de integração de dois níveis de determinação com alguma dimensão do acaso, do imprevisto.

Em conclusão, penso ser este um percurso sobre a questão do sentido que compensa ser trilhado. Aqui a percepção, o ajuste dos conceitos ainda é nebuloso. O desafio é de dupla natureza: há que se avançar teoricamente no intuito de apurar os conceitos e de articulá-los mais adequadamente; há que se caminhar também numa avaliação empírica mais particular, para fugir de formulações ainda muito generalizadas. O desafio é, de fato, muito grande, mas suponho ser hoje, depois de tudo que já se falou sobre o sentido e, sobretudo, por tudo aquilo que se fala agora, uma direção irrecusável.

PARTE II - O Sujeito

Na seção anterior, comentei algumas questões relativas à produção do sentido, marcando três lugares privilegiados dessa produção: o sistema, o sujeito e a história. Aqui gostaria de dar um destaque maior ao lugar de inscrição do sujeito, considerando os seus momentos de interseção com outros lugares.

Assim, no tratamento até aqui esboçado, cada um desses lugares foi visto de modo um tanto isolado, o que pode alimentar a ilusão de independência de uma instância de produção em relação às outras. O objetivo inicial foi focar um certo tipo de visão corrente sobre as questões de sentido e tem, portanto, um caráter mais de recensão, de resumo do que de organicidade dos processos de produção do sentido. relatei apenas como a questão foi freqüentemente tratada, isolando componentes, privilegiando lugares. Penso não ser essa uma forma muito apropriada de fazer avançar a questão, já que esses lugares se imbricam, se misturam em grande parte dos fatos que rotulamos como prática de linguagem. Pretendo, então, uma abordagem de questões relativas ao sujeito, sem, porém, deixar de lado problemas que se cruzam pelos caminhos a serem percorridos.

1. Para uma delimitação do sujeito

Falar do sujeito, começando por uma tentativa de conceituá-lo, pode parecer uma tarefa bastante óbvia e desnecessária, pela disseminação do seu uso em campos os mais diversos. Fala-se em sujeito num contexto global (sujeito transcendental, sujeito da ciência) versus um contexto localizado (sujeito da matemática, sujeito do inconsciente). Fala-se do sujeito em enfoques específicos de linguagem (sujeito gramatical, sujeito psicológico, sujeito do enunciado, sujeito da enunciação). Fala-se também daqueles termos que lhe fazem concorrência, como falante/ouvinte, emissor/recebedor, locutor/alocutário. Enfim, essa plurivalência de usos e sentidos resulta em abraços intransponíveis e acaba por tornar sua tarefa de conceituação como necessária, na extensão do trabalho aqui proposto. Embora esteja convencido da necessidade de uma formulação mais precisa dessa categoria, é bom lembrar que tem havido propostas para contornar os inconvenientes de seu uso, como se fez recentemente em alguns contextos⁸, ao tentar substituí-la pela noção de recorte. Penso que ainda é muito pouco tentar contornar as dificuldades da categoria pela troca do seu nome, impressão que me ficou dessa abordagem. Por outro lado, se optássemos por uma di

(8) Cf. GUIMARÃES (1987), p. 11 e ss.

reção similar e fizéssemos coincidir a categoria com a noção quase fisicalista de falante/ouvinte, estaríamos "progredindo" muito pouco, porque seguramente nos fecharíamos nas malhas do sistema, situação sem retorno delineada por Chomsky na formulação de falante/ouvinte ideal. Se, de outro lado, ficássemos com a noção de emissor/recebedor, isso acabaria nos complicando também, já que uma certa autonomia que costuma ser atribuída a essas categorias resultaria em nos fazer tropeçar na história. Então, ao acionar a categoria sujeito⁹, acionamos também tudo aquilo que se acha nela incrustado pela tradição acadêmica, a menos que delimitamos uma forma conceitual de operar.

A partir dessas observações, podemos pensar agora a noção de sujeito como uma tensão entre usuários e o sistema a qual não se traduz por uma absoluta confratação com o determinismo (isso seria projetar-se para fora da linguagem) nem por uma submissão absoluta a ele (isso seria a anulação do sujeito em favor do sistema). Aqui o sujeito se delinea, então, como uma prerrogativa de linguagem, o que garante, em decorrência, a sua presença em qualquer forma discursiva. Assim, não

(9) A preferência terminológica por sujeito se deve à sua tradição em áreas diversas do conhecimento.

há discurso sem sujeito: ainda que algumas formas de articular certos saberes possam colocar em questão essa categoria, os argumentos não se sustentam quando o conhecimento se traduz sob forma de discurso. Colocada nestes termos, a hipótese do sujeito como lugar de produção do sentido faz, portanto, ressaltar dois pontos importantes: (a) o sujeito como tensão entre usuários e o sistema e (b) o sujeito como prerrogativa de linguagem. Passemos a uma discussão mais demorada do cruzamento desses dois pontos.

Esta última suposição sobre o sujeito só ganha estatuto se conseguirmos estreitar a relação entre usuários e sistema e a maneira pela qual aqueles se inscrevem neste. Benveniste¹⁰ assinou o que seriam alguns desses lugares de entrada do usuário no sistema. Para ele, os registros do sujeito já estão assegurados pelo uso de certas expressões dêiticas, por marcas de flexão temporal, pela relação dialética entre eu/tu no discurso. Só nesses lugares o usuário se apropria da linguagem (ou do sentido que se produz), constituindo-se num sujeito.

Benveniste fala assim da apropriação do sistema pelo usuário, ou melhor, de lugares onde o

(10) BENVENISTE (1976)

sistema faculta sua entrada. Este é sem dúvida um aspecto da questão, mas o texto do autor acaba nos deixando a impressão de uma convivência sem conflitos entre o sujeito e o sistema, já que este garante o lugar, e a forma de instituição daquele. Não acho que isso seja suficiente, pois certamente não cobriria as questões de sentido que vão além de um certo cálculo de significado. Nem acho, em consequência, que essa relação entre sistema e usuário, no que diz respeito à produção do sentido, se dê de forma tão linear. Se assim o fosse, o que tornaria possível a metáfora, a metonímia, a polissemia, a conotação em termos de sua origem? Então, nessa relação necessária entre o usuário e a linguagem, a constituição do sujeito acaba por ser decorrência de um conflito que se instala entre a cadeia significante e os significados: mas o que institui o sujeito é sua inscrição na cadeia significante (assim suponho que Benveniste tenha se expressado). O fato de que um Signo, num instante seguinte, poder converter-se num outro Se que se comporá com Ses para formar uma outra cadeia, só pode ser atribuído ao sujeito que "passeia" pelo sistema, ligando e desligando Ses. Aqui talvez se possa situar melhor a questão da criatividade lingüística, como esse constituir infinito de "novas" cadeias significantes :

assim, as informações lexicais básicas (1º estágio da cadeia), são primordiais na construção de uma metáfora (2º estágio da cadeia) que por sua vez pode se constituir como parte de uma outra cadeia de Ses, num estágio ulterior de interpretação. Todavia, não há gratuidade nesse ato de fazer proliferar cadeias de Ses: o significado não permanece alheio a essa intervenção; em cada estágio buscamos efeitos de sentido muito precisos. E aqui, se vamos falar do predomínio do Se sobre o So, pensamos nesse desencadear permanente que pode ser operado sobre a matéria significante e é evidente, pois, que uma avaliação analítica (aquela que visa aos processos de produção do sentido) vai privilegiar a dimensão, os arranjos do Se, enquanto que interesses pragmáticos (aqueles que visam aos efeitos de sentido) acabam por destacar o significado. Nesse particular, o sujeito tem, então, a linguagem como condição (primeiro desdobramento da noção de prerrogativa), no sentido em que ele se constrói nas malhas do sistema. E aqui o que aponto como tensão tem um caráter duplo, pois, constituir-se como sujeito é ser capaz, ao mesmo tempo, de reproduzir o sistema (não é assim que se "aprende" uma língua? e não estaria aqui o "nascimento" do sujeito?), como também ser capaz de se confrontar com o sistema. Para mim, tanto a dimensão de reprodução

quanto a de confrontação são de domínio de qualquer falante.

Um outro aspecto da dimensão do sujeito como prerrogativa de linguagem é o fato de ele se constituir como uma condição para linguagem, ou seja, o sujeito também tem participação na construção do sentido, reproduzindo o sistema ou confrontando-se com ele. Esse momento ativo do sujeito precisa ser, de alguma forma, preservado, embora não possa implicar autonomia em relação ao sistema e à história. Já vimos, na condição anterior, que aquela era uma primeira ordem de sua determinação e ela é tão necessária que é através dela que o sujeito começa a se configurar. Mas voltando a essa nova condição, o que a faz diferente da primeira? Quanto à linguagem como condição, assinalamos que se tratava da sua instituição, isto é, a linguagem é meio para sua "existência". Quando apontou esse outro aspecto (condição para linguagem) estou mais apropriadamente falando da construção do sentido. Aqui assumo o sentido como uma possibilidade de intermediação entre o sujeito de um lado e o objeto (a realidade) do outro; essa intermediação materializa-se na linguagem, seu lugar de articulação¹¹. Se o sentido é intermediação, conte-

(11) Se já era complicado refletir sobre a noção de sujeito, mais complicado fica introduzir a noção de objeto. Em termos de linguagem, isso só é compreensível numa dimensão ainda fundamentalista e nada (ou pouco) se re-

ria ele marcas mais profundas de um dos polos (sujeito/objeto) que o sustenta? Sabemos que ele deva conter "traços do objeto" que ele representa (isto por uma questão de economia) ? ! , mas sabemos que nele também encontramos vestígios do sujeito. A maior evidência desse vestígio é o fato de que se pode dispensar o peso da preexistência da realidade (dos objetos) e ficar apenas com aquilo que são pressuposições (do sujeito) sobre um certo mundo que se configura como possível; o sentido passa aqui a construir uma realidade que, ainda que não se preste a uma verificação fatural, pode ser analógica e alguma admissível. Se o raciocínio acima é correto, não podemos mais admitir apenas uma dimensão especular para o sentido, ou seja, aquela que o marca como reflexo das propriedades, das características de um objeto. Ao contrário, é preciso assegurar uma dimensão produtiva, orgânica, pois só ela seria capaz de contemplar as marcas do sujeito, índice de sua confrontação com o sistema.

Enfim, se o sentido não fosse dessa natureza, o que seria da literatura (ou pelo menos de formas possíveis de literatura)?! Estaríamos condenados eternamente a ouvir o mesmo discurso (não que isso não seja fato em certas circunstâncias sociais)! Uma realidade só poderia ser concebida diferente, se ela realmente o fosse (isto é, diferente no contraste com alguma outra conhecida)! Então, torna-se evidente a necessidade de se buscar outros caminhos para parametrar melhor a relação. Em qual

quer direção, teremos sempre uma dimensão especular e isso não é suficiente. Enfim, concluo que , como condição para linguagem, a linguagem preserva uma dimensão que não é a de mera reprodução (ou reflexo) do sentido e é nessa dimensão também que o sujeito se faz.

O terceiro desdobramento da idéia de sujeito como prerrogativa de linguagem pode ser expresso no fato de que o sujeito é também uma condição na linguagem. Nessa dimensão, atribuo à linguagem a função de figurar como uma instância (naturalmente existem outras!) onde a determinação histórica se materializa na forma de práticas discursivas específicas. A linguagem incorpora, então, aquilo que lhe é exterior, sob formas discursivas, e a condição para a constituição do sujeito é a de aceitar a forma de funcionamento desses estratos discursivos.

Assim, se nas duas condições acima, tentei relacionar a idéia de prerrogativa com a de construção do sujeito (1ª condição) e de construção do sentido (2ª condição), lembrando que nenhuma delas é exclusiva, agora penso que essa terceira condição reflete mais às possibilidades de emergência do sujeito (que também é uma condição que não funciona isoladamente). Não há emergência do sujeito fora de condições históricas específicas

o que torna possível é uma conjuntura ideológica singular (certas propriedades de produção, da relação capital/trabalho, da organização social e cultural etc.) que vai determinar o que pode e o que deve ser dito. Como condição na linguagem o sujeito flutua assim entre compromissos aléticos (o poder dizer) e compromissos deonticos (dever dizer) e é nessa flutuação e pela própria opacidade dos limites desses compromissos que se estabelece a tensão que mais uma vez marca o sujeito. Assim, num discurso político restrito, no discurso da ciência, a tensão não estaria precisamente situada numa indecisão entre o alético e o deontico? Seria sem danos, em qualquer discurso, a troca do possível pelo obrigatório, do impossível pelo proibido, por exemplo? De toda forma, o nível de tensão aqui gerado não constitui uma forma de investimento individualizada, o processo obedece a parâmetros mais ou menos gerais: num discurso político, a troca entre o alético e o deontico pode decorrer de um esquema retórico geral apropriado a certas circunstâncias e não a outras. Entendo aqui a linguagem como portadora de propriedades que possibilitam a ação dessa determinação (ou de uma forma de burlã-la). O que pode ser codificado historicamente em função de uma conjuntura política pode ser codificado também em termos de sentido que vai circular numa sociedade. A linguagem, então, torna-se

não só meio de circulação de um sentido que carregue suas marcas históricas, como ainda lugar onde esse sentido se cristaliza: uma metáfora criada a partir de circunstâncias históricas específicas pode se cristalizar na língua e seu uso recorrente já não lembra mais as condições determinadas em que foi elaborada (não temos memória, provavelmente, das condições históricas em que foram criadas a maioria das metáforas, das metonímias e (caracteres que usamos com frequência. Em contrapartida, toda a rede de significações que foi desencadeada pelo autoritarismo político no Brasil, via palavra pacote, ainda se faz presente na nossa memória; mas não sabemos até quando isso perdurará.

Retomando a questão central, estou considerando que mesmo a repetição reiterada de certos blocos de sentido fossilizados não representa um entrave, como à primeira vista possa parecer, à emergência do sujeito: trata-se de uma ordem de fatores onde o que está em questão é a necessidade social de se naturalizar o uso desses blocos. No caso presente, a condição na linguagem para a constituição do sujeito compreende acatar a forma de funcionamento de uma metáfora, de um provérbio (por exemplo) com todos os estereótipos que neles vêm impressos (a não ser que pretendamos deles um uso metalingüístico). Embora certas produções de lin-

guagem sugiram a impressão de uma ausência de tensão entre o usuário e o sistema, a questão do sujeito continua prevalente já que aqui se trata da sua emergência, isto é, de uma condição de entrada do usuário num conjunto de formações discursivas já concretizadas em clichês, em práticas discursivas específicas.

Ao concluir esta seção, ressalto aqui um certo desconforto que pode ter surgido em decorrência de apontar, paradoxalmente, o sujeito como decorrência simultânea de um determinismo (lingüístico, histórico), de uma necessidade de rompimento com o determinismo. Não vejo dificuldade maior nessa questão: o fato de ter registrado o sujeito nessa encruzilhada decorre, muito mais, das condições contraditórias que regem as nossas práticas de linguagem: o mesmo discurso que revela, esconde o mesmo que aglutina, desagrega; o mesmo que esclarece, aliena... Assim é a linguagem humana, e diferente não pode ser o sujeito que nela se engendra.

PARTE III - Para uma avaliação empírica do sujeito

Na seção anterior, tentei avaliar a questão do sujeito de um ponto de vista estritamente teórico, procurando apenas dimensionar uma forma possível de sua constituição na linguagem. Se o avanço pretendido agora implica uma compreensão empírica dessa constituição, precisamos admitir alguma coisa que sirva de suporte da manifestação desse sujeito. Digamos que esse suporte se substantiva, de um lado, sob a forma de um usuário (nos termos de Benveniste, pelo contraste entre EU/Tu), categoria indispensável a uma prática de linguagem, e que se materializa, por outro, na forma de significantes associados, substância necessária à circulação de sentidos. A partir dessa suposição, pergunta-se de que modo o sujeito (na dimensão de suporte mencionada) se vale da linguagem, ou nela se instala?

Essa indagação já concorre, de início, para uma situação conflitante: (a) ela incita um caráter ativo para o usuário-suporte de tal maneira a admitir que ele se valha dos significantes (ou de uma certa feição da cadeia de significantes) para instalar uma tensão; (b) ela projeta um caráter passivo, de forma tal a supor a ausência de qualquer intencionalidade dos usuários, motivadora de alguma tensão. Aqui, mais do que discutir essa dupla direção, importa indagar sobre a necessidade de se

introduzir a noção de suporte para uma análise do sujeito. Penso ser importante esse artifício (e não acho que ele possa significar uma "recaída" na argumentação anterior) pela razão seguinte: a introdução da categoria sujeito na Teoria do Sentido torna-se relevante pelo fato de que as tentativas que levaram a conceber o sentido como produto de propriedades lexicais associadas a funções gramaticais mostraram-se insuficientes para dar conta de alguns de seus aspectos. Assim, o cálculo sentencial e o cálculo dos predicados são capazes de cobrir certas dimensões de significado, mas não de responderem por uma dimensão integrada do sentido. Então, a questão do sujeito numa Teoria do Sentido está atrelada, no meu entender, a dobras da significação que permanecem inatingidas pelos procedimentos de cálculo habituais.

A noção de dobra não enseja aqui criar tipologias de sentido que sejam mais ou menos afetas à questão do sujeito; já assinalamos o universalismo da relação do sujeito com a linguagem. Vamos supor uma frase trivial como "o cão comeu a ração": o sentido consensual (o seu oposto é sempre uma hipótese) comporta uma descrição com base num cálculo que leva em conta propriedades lexicais dos seus componentes (o, cão, a, ração, comer) e as relações gramaticais (O/cão, cão/comer, a/ração, comer/ração) isto é, "que existe num tempo x anterior ao

tempo y, o tempo presente, um tal animal canino que procede a uma ação de triturar/engolir pela atividade instrumental de sua boca e que esta ação se dirige a um alvo, um objeto/artefato que contém características alimentares pela presença de proteínas, sais... "12 É evidente, pelo que já vimos, que mesmo essa leitura não exclui o sujeito, mas ela mantém uma dimensão de sentido que é, grosso modo, coberta por um mecanismo de cálculo. Todavia, nada indica que também ela não possua dobras que não possam ser "des-dobradas" em outros usos possíveis. O que me impede de usar um enunciado como esse numa situação de ironia, pela decepção de ver apenas o trivial realizado? Qualquer frase deve ter infinitas dobras; não existe a institucionalização de um sentido único, instalado (embora um sentido consensual seja previsível), não obstante a determinação do sistema e a da história. A cada momento que acionamos uma frase como essa, acionamos também não só o sentido global, mas ainda do-

(12) Essa é uma forma mais discursiva de conceber o So dessa sentença, que poderia também ser expresso sob a forma de predicação de traços, um formato menos transparente, como: [(Art): (natureza: definido(ALCANCE: isolar elementos num conjunto)) ((N): (SUBSTÂNCIA(NATUREZA:natural)(ESPÉCIE: ser vivo(não-humano)) (TIPO: canino...)(AMBIENTE:doméstico)) ((V): (ATIVIDADE(TIPO: trituração, degustação)(MEIO:boca)) ((Art): (NATUREZA:definido) ALCANCE: isolar elemento num conjunto)) ((N): (SUBSTÂNCIA (NATUREZA:não-natural)(FINALIDADE:alimentação)

bras desse sentido que passaram ilesas pelo algoritmo de cálculo. Enfim, toda frase tem, pelo menos por hipótese, um potencial infinito de dobras e que aquilo a que chamamos de usuário-suporte pode fazer acionar mecanismos que fazem emergir essas dobras.¹³

O artifício de inserir o usuário-suporte na análise não altera a relação da ordem do necessário que se estabelece entre sujeito e linguagem: ou seja, não há recorte possível de linguagem de onde excluirmos o sujeito. Isso não constitui nenhuma novidade; alguns momentos da discussão do sentido demonstrariam isso. Vejamos dois casos. Na versão frageana da Teoria da Referência, a categoria representação pode acomodar a noção de sujeito (aqui ainda numa forma primeira, porque fala da relação da linguagem com a realidade). A linguagem torna-se, por contingência, uma operação de falseamento da realidade; o sentido de um sinal que denota um objeto real nada mais é do que o simulacro desse objeto. A tentativa de contornar a concepção geral que o sentido garante pela intervenção daquilo a que Frege chamou de representação pode aqui

(13) O avanço da teoria gramatical tem proporcionado uma compreensão muito grande dessas dobras. Por exemplo: até um certo momento se pensou numa equivalência semântica entre formas ativas e passivas. Os avanços em termos de conhecimento da estrutura frasal têm demonstrado que uma "passagem" da ativa para a passiva, digamos, implica novos aspectos de sentido.

ser tomado como uma primeira instância dessa tensão: a representação teria assim um papel de projetar, naquilo que o sentido simula, uma ordem de traços da diferença.

Podemos também cogitar de um percurso para a questão-sujeito na Teoria do Signo proposta por Saussure. Interessa, aqui, menos aquela avaliação que vê na concepção psíquica da definição de Se e So a marca do sujeito. Ressalta com mais relevância, dentro dos propósitos pretendidos, uma extensão da noção de valor ali formulada. Na sua definição, são levados em conta dois fatores: a dissemelhança (que permite que um signo seja trocado por aquilo que venha a ser por ele representado); a semelhança (que permite que um signo seja comparado com outro concorrente, na busca de um posicionamento mais adequado na matriz de sentido). De um ponto de vista operacional, o usuário-suporte procede a um trabalho de seleção, dentre as unidades concorrentes, daquela que melhor cobre os efeitos de sentido pretendidos. Esse procedimento é responsável pela incerteza/instabilidade/flutuação do uso dos signos. Ele pode ser fonte do ato-falho, do trocadilho (como flutuação intencional), introduzindo, portanto, tensões entre o usuário e o código.

O traçado histórico ainda guarda uma certa

perspectiva fundamentalista da questão do sujeito: localizou-se em Frege e Saussure, mais no estilo de Benveniste, espaços onde o sujeito se alicerça na linguagem.

Entretanto, penso que compensa aqui assinalar aqueles momentos onde a relação entre usuário e sistema é "mixada" através de processos muito específicos, visando a efeitos de sentido também específicos. Essa análise, então, pretende apontar, com maior ênfase, alguns dos processos pelos quais os usuários se valem na "mixagem" e menos do produto. Vejamos alguns casos.

III.1 - No texto anexo "Pontos", podemos admitir que uma dimensão do seu sentido global possa ser resumido em termos da "trajetória de uma pessoa pela vida". Percebemos, entretanto, que essa dimensão não se "revela" a partir de um certo vocabulário que traduz esferas conceituais específicas como conceitos geométricos e sinais gráficos. O sentido ali se produz através de mecanismos que possibilitam a recodificação de algumas unidades básicas (palavras ou sintagmas), de mecanismos que jogam com o valor polissêmico de alguns termos e de muitos outros processos que o tecem numa direção de sentido específico. Desses vários fatores que podem ser lembrados e detalhados, ressalta para os nossos objetivos aquele que diz respeito à forma pela qual o léxico é ali utilizado por parte de um usu-

ário-suporte. Destaquemos, então, três aspectos: o primeiro a que chamarei de "migração de signos", o segundo de "disseminação de sentido" e, por último, "transferência de sentido", denominações mais ou menos comuns dentro da Semântica. Minha proposta é assumir esses três aspectos, juntamente com o seu papel na organização do léxico de uma língua, como parâmetros de tensão entre o usuário e o código.

O que seria, então, uma proposta de organicidade do léxico em que estes três aspectos se integrassem? Vou tentar esboçar aqui algumas linhas gerais da questão. Começemos admitindo que a totalidade dos sentidos que um sistema natural de signos pode cobrir esteja distribuída em "dimensões de sentido" que, por sua vez, comportam unidades léxicas discretas, como realização material de frações do seu sentido global. O fundamento básico de uma "dimensão" é ser, em potencial, um esquema aberto a novos mapeamentos, em função de oposições que podem ser criadas, o que concretamente se torna possível pelo número variável de unidades léxicas de que dispomos para preenchê-los. Por exemplo, a dimensão de sentido "emissão de sons através do aparelho fonador..." agrega um certo número de lemas, como "falar, gritar, sussurrar, vociferar, cantar", etc, que correspondem a um dos mapeamentos possíveis. Esse arranjo, entretanto, em instante algum e por maior que seja sua especificação, pode

ser tomado como definitivo e acabado para essa dimensão. Isso implica, de imediato, que a distribuição de unidades léxicas numa dimensão de sentido é provisória, e supõe ainda que ela possa sempre comportar novas segmentações ou inscrever novas unidades. Então, o arranjo das unidades se dá por um princípio paradoxal que permite que elas se organizem com base num aspecto de semelhança (o que permite que unidades discretas se distribuam por uma "dimensão de sentido") e num aspecto de diferença (o que possibilita que as unidades se diferenciem entre si).

Toda essa caracterização de não-fechamento e de re-segmentação de um contínuo de sentido representa a aplicação de um princípio de economia para o léxico que possibilita que um número estável (menor) de signos possa representar, a cada instante de uso da língua, um número instável (maior) de significados em potencial. Logo, signos registrados num determinado campo lexical podem perfeitamente migrar para outros campos e passarem, a partir de certas circunstâncias, a assumir significados específicos daquele campo. Esse processo de migração resulta na aquisição de novos significados para um signo, que produz dois efeitos: o primeiro a que chamamos de "disseminação de sentido", ou seja, o sentido de um determinado campo dissemina-se por signos novos que passam dele a fazer parte.

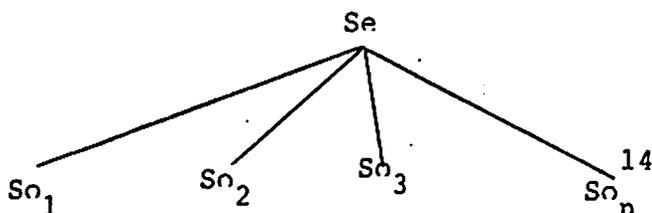
Trata-se de um processo mediante o qual podemos atribuir a qualquer signo um número indeterminado de sentidos, o que não quer dizer que necessariamente essas disseminações se cristalizem na língua. Suponho que a maior parte delas tenha um caráter passageiro, pois só esse fato torna a existência de dicionários possível. Quando uma disseminação se cristaliza, dizemos trata-se de uma "transferência de sentido", o que, em outras palavras, é uma disseminação cujo uso se socializou, e que se tornou possível até o seu registro no dicionário. Assim, migração de signos, disseminação de sentido são categorias que estão na origem da polissemia, da metáfora, da metonímia, se consideradas de um ponto de vista estrutural restrito. Em outro tipo de abordagem, esses fatos têm sido explicado através de motivações, deslizamentos, analogias, etc.

No texto "Pontos", vemos que palavras afeitas ao campo da Geometria (tangente, circunferência, círculo, linha, ponto) migram para outro campo lexical e ali se contaminam pelo sentido dominante (no caso, digamos, um campo lexical dominado pela dimensão de sentido "estágios/processos da vida"). Então o uso que se faz desses signos não está regulado pelo sistema: nenhum dicionário me diz dessa possibilidade de utilização de tais signos; também ela não decorre só de uma determinação histórica. Aqui, então, marcamos um lugar de entrada do usuário-su-

porte e a sua interferência efetiva para garantir a migração e a disseminação. A essa maneira de sobrepor-se, de certa forma, ao sistema, é que estamos assinalando como lugar do sujeito na produção do sentido. É evidente que a leitura desse texto não se faz por um traçado linear: sua decodificação não é apenas uma questão de operar, ao nível do léxico, com processos composicionais; há antes esse movimento maior que se processa no léxico, que vai exigir do leitor uma "mixagem" do vocabulário em pauta. A tensão assim dimensionada fica nos limites do seu delineamento anterior: nem uma ruptura completa, afinal o fenômeno é extensivo a qualquer campo lexical e o seu esquema é mesmo previsto pelo sistema que dele se vale como fonte para a polissemia; nem uma aceitação única dos preceitos lexicais estabelecidos. Onde estaria prescrito um tal uso do vocabulário? Não é dele, então, que podemos derivar a emergência do desejo, ou do sujeito?

Mas esse texto cobre muitos outros aspectos dessa tensão; vejamos um segundo que privilegia os usos do signo "ponto" e suas formas cognatas. Esse signo, em termos de sua forma de expressão, aparece no texto sob duas feições: uma derivacional (pontilhada, pontual, pontinhos; apontado, desapontar e pontificar - como lexemas diferentes) e outra

sintagmática (ponto-de-partida, ponto final, pontos positivos, dormir no ponto, entregar os pontos...) cada uma delas implicando extensões de sen tido próprio. Até mesmo a forma significante |pontos| se apresenta, ao longo do texto, com um grande potencial polissêmico (início, pausa tonal, sutura, lugar...) que pode ser assim esquematizada:



Neste caso nos interessa o espaço vazio entre o So_3 registrado para a palavra, e uma possibilidade infinita de se criarem novos significados. É nesse espaço que se estabelece a tensão entre o usuário e o sistema, aqui sob a forma de léxico. Então, o fato de "pontos" vir a significar "filhos" decorre dessa tentativa de preencher parte do intervalo , que é intermediada pelo sujeito.

-
- (14) Penso que esta matriz não está atrelada ao uso de ponto de outros signos particulares. Ao contrário esse é um dispositivo de configuração dos significados para qualquer Se na língua. Não se pode falar de qualquer signo que esteja fechado à polissemia, ou que já tenha esgotado seu poder polissêmico. O dicionário é apenas um recorte consensual (mas arbitrário) da questão.

Gostaria de concluir esse comentário insistindo no fato de que a codificação do dicionário, seja na projeção de conteúdos, seja na formulação de restrições de seleção, bem como a determinação histórica incorporada aos signos sob a forma de sansões não são suficientes para explicar certos usos correntes de itens lexicais. Há questões relativas ao sentido que extrapolam os procedimentos de cálculo lógico até agora propostos no interior das Teorias Semânticas, e a noção de sujeito, penso, po de ser um espaço possível para uma discussão de como implementar um novo algoritmo.

III.2 - Vejamos um segundo caso bastante generalizado que essa reflexão possibilita avaliar: trata-se da análise de provérbios. Existe uma certa tradição dessa análise que aponta, ora para um formato de sua organização estrutural, ora para suas condições de uso; aqui me interessa por ressaltar apenas dois outros aspectos de sua análise: (a) o provérbio como um tipo de produção de linguagem cujo sentido não pode ser, na sua totalidade, calculado a partir das suas unidades constitutivas; (b) o provérbio como um dispositivo-de-sentido e não como um enunciado-sentido, em decorrência de (a).¹⁵

(15) Na verdade, não estou me propondo aqui a uma análise de provérbios, mas apenas a uma demonstração, na linha de desenvolvimento do texto, de como eles representam um lugar de "manifestação" do sujeito na língua, daí a dimensão de análise reduzida a (a) e (b).

O que representam (a) e (b) no conjunto dos problemas até agora comentados?

Algumas Teorias Semânticas recentes, de um modo geral, foram desenvolvidas a partir da noção de que o enunciado é um aglomerado de fatos atômicos, que pode ser calculado a partir de etapas sucessivas de combinação de itens lexicais e de funções gramaticais, como já vimos ao longo desse texto. Esse procedimento é razoavelmente (mas não suficientemente) satisfatório em se tratando de produções de linguagem a que chamamos de enunciado-sentido. É bom salientar que as dificuldades assinaladas nesse procedimento não estão necessariamente vinculadas ao processo de cálculo sucessivo, mas às condições determinantes desse cálculo, ou seja, aos fatos atômicos a serem atribuídos a cada item lexical. Assim, um enunciado-sentido é aquele que contém certas camadas de significação mais estáveis (ou que contém uma interpretação padronizada possível) e que os procedimentos de combinação sucessiva dão conta de grande parte do seu sentido global. Diremos, em termos daquilo que já foi avaliado sobre as teorias semânticas, que um enunciado-sentido é da ordem do determinismo em termos do cálculo do seu significado. (mas nenhum enunciado tem, absoluta e eternamente, um sentido único instalado).

Um enunciado dispositivo-de-sentido (por exem

plo, o provérbio e é essa a distinção básica que faria dele com outros tipos de enunciados concorrentes: máxima, ditado...) contém, então, certas exigências, certas direções com base nas quais o sentido deve ser construído; mas elas constituem em si, apenas parcialmente, uma especificação de sentido do provérbio em função das circunstância do seu uso corrente. Como dispositivo de cálculo (do significado), o provérbio assegura certas condições desse cálculo e libera alguns lugares que serão preenchidos a cada vez que ele é utilizado, o que o torna, nesses lugares específicos, alguma coisa da ordem da incerteza, da instabilidade.



Assim, o provérbio é uma possibilidade de desfazer essa feição quase absoluta da determinação do sentido, mas essa possibilidade está longe de o colocar numa dimensão de indeterminismo absoluto: isso é impossível e entraria em contradição com a essência da própria linguagem que precisa do sistema, como primeira determinação, para funcionar.

Vejamos esses comentários a partir de um exemplo. Num provérbio tradicional como "Cão que ladra não morde"¹⁶, temos espaços do enunciado já preenchidos por um certo significado, os quais constituem a garantia mínima que o sistema impõe para o

(16) Estou tomando aqui um caso particularmente exemplar; mas haverá certamente muito casos onde a nitidez entre um enunciado-sentido e um dispositivo-de-sentido pode estar ofuscada ou se caracterizar por uma faixa de...

seu funcionamento; há, porém, outros espaços em que esse sentido está apenas sombreado e é neles que o usuário-suporte atua, atualizando significados, produzindo sentidos. Resumindo, podemos representá-lo pelo seguinte esquema de interpretação:

Fif. 1:

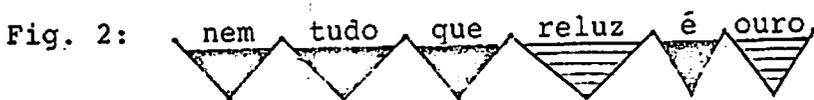


Nesse esquema, os significados para "que" e para "não" já estão estabelecidos e eles precisam ser estáveis, como garantia de funcionamento do sistema. Mas sobram ainda três espaços que, na forma original, são 'camaleonicamente' ocupados pelo significado de "cão", "ladrar" e "morder". Nesses espaços, há apenas um sombreamento da significação primeira dos itens lexicais em questão, isto é, deles temos de reter apenas alguns vestígios que constituem exigências mínimas de funcionamento do sistema. Assim, é fundamental a existência de uma compatibilidade semântica entre CÃO/LADRAR/MORDER que permanece em qualquer circunstância de aplicação desse provérbio. Qualquer significado que for usado para preencher "cão" criará uma nova compatibilidade semântica com aqueles necessários ao preenchimento de "ladrar" e "morder", na mesma proporção que a forma original prescreve, isto é, que sejam, por um lado, categorias possíveis de serem predicáveis ao significado do primeiro termo, da

sequência e, por outro, categorias que guardem entre si um certo contraste de valor.¹⁷

Assim, existe no uso do provérbio aquilo a que temos chamado de tensão entre o usuário e o sistema, uma vez que a saturação do significado de algumas unidades decorre de relações não previsíveis, não determinadas na sua totalidade. Nada me obriga a preencher "cão" com o significado de "político", "vendedor" ou "professor"... (mas escolhido um deles, os termos subsequentes terão de lhe serem compatíveis). Aqui, a tensão provém desse vácuo localizado na significação que pode ser circunstancialmente atualizada, respeitando os princípios já apontados. Aqui também, continua havendo o determinismo: as associações que são feitas decorrem de arranjos já previstos na forma original do provérbio.

Vejamos um breve comentário sobre um outro provérbio, "Nem tudo que reluz é ouro". que apresenta o seguinte esquema de leitura:



(17) No presente provérbio, esse contraste é assegurado pela prefixação de não ao terceiro elemento da sequência, já que "ladrar" e "morder" são categorias de predicação analítica para "cão".

Como dispositivo-de-sentido, os espaços sombreados serão também preenchidos em função de uma situação específica em que ele possa ser aplicado; mas parte de seu sentido já está delineado: num aspecto, pela presença de unidades cujo significado precisa ser assegurado (nem tudo/que/é) e num outro, em função da presença de itens que asseguram um contraste entre, digamos, valores da ordem da aparência (reluz) e da ordem da essência (ouro).

Vimos até agora que ~~a atualização do sentido de um provérbio decorre:~~ (a) de uma faixa de significados cristalizados pelo uso de itens lexicais puramente instrumentais (em algum momento deveríamos avaliar a existência de quase-operadores lógicos nos provérbios); (b) de um sombreamento do significado que se dilui por certas unidades programadas para flutuar; (c) de uma intervenção do usuário nos espaços onde o significado é instável. Isso, portanto, faz do sentido de um provérbio o produto de uma flutuação da ordem do sujeito (cf. (c) acima) bem como, contraditoriamente, o produto de uma determinação da ordem do sistema (cf. (a) e (b) acima).

Restaria ainda indagar sobre alguma outra forma de determinação que passaria pela ordem da História. É lógico que não estou descartando essa questão de uma análise aqui, pela sua improcedência, pelo contrário. Isso exigiria um estudo mais amplo

que apontasse para as condições sociais de seu uso. Certamente, esse tipo de estrutura "congelada" (apesar das versões diferentes de um provérbio) implica um grau de compromisso histórico preponderante. Numa proposta de avaliação de uso, teríamos, de fato, de recompor todo um conjunto de implicações sociais, culturais, pragmáticas que configuram a sua forma de ser. Assim, se a avaliação de qualquer prática de linguagem exige uma recomposição das suas condições sociais de engendramento e de controle (é isso, uma certa extensão, que a Teoria dos Atos postula com as "condições de sinceridade" e com as "condições preparatórias"), então, estruturas socializadas (e até ritualizadas), como a de um provérbio, não escapam às determinações históricas que regulam o seu uso. Mas isso é uma outra discussão que foge aos objetivos imediatos desse texto.

PARTE IV: Do cálculo do significado à produção do sentido

1. Definições

Um aspecto particular, que se encontra em muitos comentários sobre as dificuldades da Semântica, naturalmente por parte daqueles que insistem em reduzi-la a uma dimensão terminológica, tem sido a proliferação de termos para cobrir noções equivalentes. Até um certo momento, se insistiu nessa crítica com base, por exemplo, em termos como sentido significado/significação. Penso que essa é uma questão com dimensões secundárias, não passando de um subproduto de outras maiores para as quais até mesmo uma formulação mais precisa só mais tarde foi alcançada. No caso desses termos, costuma-se, na reflexão atual, admitir uma distinção básica que especificarei a seguir.

Ao longo desse texto, salvo vacilações inevitáveis, os termos sentido e significado têm sido usados com uma distinção básica: ao significado preserva-se uma caracterização primeira de um item lexical (de um sintagma ou de uma sentença). O significado, então, nada mais é do que uma matriz de traços atômicos, ou um amálgama de matrizes, os quais servem para caracterizar o conteúdo nocional de um determinado signo, ou de uma unidade superior a ele. Essa definição, que tem uma feição es-

truturalista (segmentação/oposição de traços), nada mais é do que uma especificação técnica, produzida tanto no formato da Análise Sêmica como no da Análise Componencial, a partir da noção de significado proposta por Saussure, como imagem conceitual.¹⁸ Qualquer livro de introdução à Semântica traz, no geral, reproduções desses dois formatos distintos de representação do significado.

A noção de sentido tem sido preservada uma caracterização um tanto distinta, pelo menos naquele tipo de enfoque onde se busca uma precisão conceitual maior. O sentido constitui, assim, um estágio ulterior de significação:¹⁹ é o significado acrescido de uma direção, de uma intenção. Não se trata, portanto, de uma noção de ordem estrutural no sentido restrito; o sentido decorre de percursos do signo numa dada situação discursiva. A princípio, pode-se pensar que essa conceituação de sentido se aproxima daquela proposta por

(18). Mas é evidente a distância na forma de representação do significado que a Análise Sêmica e a Análise Componencial guardam em relação à proposta de Saussure. Ambas as formas de representação guardam também entre si certas diferenças: a última inclui, como componente da definição de um item lexical, aspectos do seu comportamentos sintático.

(19) A esse termo, a partir de Saussure, atribuiu-se o valor de uma relação, isto é, a significação é uma função que projeta significados em significantes e vice-versa. E a é, uma função encarregada da constituição dos signos.

Wittgenstein de que "o sentido é o uso"²⁰. Existe uma proximidade entre uma e outra posição, mas existe também uma diferença muito grande: a noção aqui delineada coloca o significado como uma primeira instância de determinação do sentido, portanto, o contexto (o uso) não é nem a única (e nem a primeira) forma de sua determinação. O sentido, então, pode ser concebido como uma extensão do significado; aquele é uma forma de atualização deste. Em outras palavras, só podemos falar de sentido em se tratando de práticas de linguagem efetivas.

Essa distinção, se é válida (e penso que ela hoje tem alguma uniformidade de uso) pode ser transposta para as categorias que estamos avaliando, ou seja, cálculo do significado e produção do sentido. Usualmente se tem preservado essa distinção ao trarmos desses dois estatutos de significação. Assim, a cálculo do significado têm sido reservados aqueles procedimentos que, de fato, apresentam alguma dimensão de cálculo formal, enquanto à produção de sentido tem sido preservada uma feição orgânica de uso dos signos, que contempla fatores de ordem das convenções, das intenções, da determina-

(20) Essa concepção de sentido tem sido contestada exatamente pelo fato de ela desconhecer uma determinação "primeira" de significação. Para maiores detalhes, veja KATZ (1980).

ção histórica, como veremos adiante. Quanto ao cálculo do significado, se é possível pensar algoritmos que processem alguns de seus aspectos numa língua natural, o mesmo não se pode afirmar, no caso da produção do sentido: aqui ainda não dispomos de um procedimento formal com esse alcance: acionamos, no geral, categorias, recursos, mas de forma um tanto dispersa, não obstante os avanços nos últimos tempos. Mais ainda, o cálculo do significado está atrelado a uma certa concepção logicista da Semântica: trata-se de criar "máquinas lógicas" que sejam capazes de enumerar certos significados a partir de categorias atômicas, de relações gramaticais, aprioristicamente definidas. A produção do sentido se vincula a uma concepção de Semântica da ordem do Acontecimento,²¹ isto é, o que está em questão não é a significação que flui das regras de cálculo, mas aquela que configura um formato (quase) terminal da significação para os enunciados e que inclui, portanto, alguma forma de emergência da ordem do sujeito. Então, a produção do sentido é uma tentativa de explicitação de mecanismos (que se registram no código) que possibilitam os efeitos de sentido. Ela não tem como objeto a significação "in natura" como o faz o cálculo do signifi-

(21) Esta concepção de uma Semântica da ordem do Acontecimento não está ainda desenvolvida, mas ela percorre certos caminhos da indeterminação, do imprevisto.

cado, mas a sua forma desnaturada, degenerada, contaminada pelas práticas de linguagem correntes.

Em linhas gerais, assim poderia ser demarcada uma distinção entre uma e outra categoria. Na seqüência, vamos avaliar, através de exemplos, as formas de operar essa distinção.

2. Sobre o Cálculo do Significado

O conjunto das reflexões que conhecemos como Semântica Moderna (termo que cobre uma amplitude pouco uniforme de tratamento do significado) baseou-se, fundamentalmente, nas possibilidades de se calcular o significado.²² Mas essas reflexões estavam fundadas ainda numa outra categoria que operacionalmente convive com a de cálculo: a de forma lógica (FL). Não há unanimidade formal no tratamento dessa questão, mas ela corresponde, no geral, a um certo número de operações que configuram, em graus distintos, aspectos do significado de uma sentença. Para conduzir o nosso comentário, vamos colocar a FL como um dos estágios de formalização

(22) A noção de cálculo aqui implicada não é uniforme nas diversas abordagens semânticas, nem guarda necessariamente o mesmo rigor formal da lógica. Assim, a noção de cálculo aqui está sendo usada para cobrir tanto a composição de matrizes de traços da Análise Sêmica e da Análise Componencial, as regras de Projeção da Semântica Interpretativa, bem como as Regras Derivacionais da Semântica Gerativa.

do significado. Então, haverá tantas maneiras diferentes de focar uma certa configuração do significado, quantas forem as noções de FL. Não vamos aqui fazer um percurso das diferentes maneiras com que ela tem sido usada; lembramos apenas dois pontos que me parecem comuns onde quer que o conceito tenha sido introduzido: (a) Para que serve a noção de FL na descrição semântica (ela é um estágio de configuração do So? ou é um esquema de significação onde o cálculo deverá operar?); (b) Que elementos devem fazer parte de uma FL? (apenas as correlações de unidades gramaticais? ou o conjunto das descrições dos itens lexicais? ou fatores de ordem "supra-segmental"?)

Penso que o uso que se faz dessa noção tem vacilado entre os aspectos acima mencionados: é evidente que em alguns casos acaba-se privilegiando uns outro aspecto em detrimento de outros. De toda forma, a questão é contravertida e pouca relevância teria fixar-se, nesse momento, em uma de suas formas de uso.

Entretanto, a fim de acertar um pouco o seu uso, podemos pensar na distinção que se faz no interior da Semântica Moderna, configurando-a numa dimensão extensional e numa intensional, não obstante toda a dificuldade e polêmica estabelecida

em torno dessa dicotomia.²³ Se admitirmos esse corte, então, talvez possamos também operar com fatos mais bem delineados, em relação ao conceito de FL.

Vamos supor uma FL que opere nas abordagens extensionais. Na sua dimensão conceitual, ela incorpora variáveis, quantificadores, modalizadores e conectivos e funcionalmente ela é um esquematismo que permite apontar condições gerais de verdade a uma sentença qualquer. Por exemplo, se temos uma sentença como:

(1) Um carro matou um gato.

a sua forma lógica pode ser simbolizada:

$$(1') FL_1 = (\exists x) (\exists y) ((Cx \wedge Gy) \wedge Mxy) \quad (24)$$

Então, (1') fixa condições gerais para a verdade de (1), mas, ao fazê-lo, acaba também por descrever parte do seu significado: (1') nos diz que se trata de um evento particular qualquer, ou onde se envolvem objetos particulares (os quantificadores existenciais que prendem as variáveis garantem isso); (1') nos fala da relação de agente e paciente com o predicado *m* (temos *Mxy* e não *Myx*). Entre-

(23) Para uma discussão mais detalhada da questão, veja KATZ (s.d.).

(24) A especificação de tempo aqui omitida é apenas uma conveniência para não sobrecarregar a notação formal e não uma impossibilidade de FL_1 . Ao ser melhor detalhada, FL_1 pode incorporar o tempo em que o evento transcorre.

tanto, essa forma de descrever o significado de (1) ainda é muito primária e ela só é válida para o falante que já sabe o que significa (1). Logo, (1') não nos diz sobre a natureza semântica de "carro" de "matar" e de "gato"; essas categorias são ali tomadas como se fossem formas atômicas, reduzidas a C, M, G. Concluindo, aquilo a que chamamos de FL_1 , nessa primeira dimensão da descrição do significado, implica, sobretudo, a descrição das condições de verdade da frase. Assim, (1) é uma frase verdadeira se forem satisfeitas as seguintes condições: (a) a existência de um objeto individual a que se possa atribuir a variável "x", (b) a variável "y" também possaser atribuída a um outro indivíduo e (c) que ambas variáveis possam ser correlacionadas pelo predicado de dois lugares "M". Se se verificar que ou (a), ou (b), ou (c), pelo menos, não se aplicar, (1) será falsa.

Vamos supor, agora, uma outra forma de operar essa noção a que chamaria de FL_2 . Essa versão reflete mais as abordagens intensionais. Conceitualmente, uma FL_2 é uma FL_1 acrescida da descrição de todos os seus itens lexicais. Funcionalmente, ela é um diagrama estrutural que possibilita uma aplicação reiterada das regras de projeção, que amalgamam unidades léxicas de nível mais baixo sucessivamente até atingir unidades de nível mais alto da sentença. Portanto, numa FL_2 o cálculo do signifi-

cado não é produto apenas das chamadas partículas lógicas (quantificadores, conectivos, modalizares, operadores de tempo), mas também de todos itens lexicais da sentença. Além do mais nenhum item será tratado com um fato atômico, mas como uma matriz de fatos atômicos, a qual constitui a descrição de seu significado, o que, em termos de (1), permitiria avaliar a natureza semântica de cada uma das unidades.

Assim, o exemplo (1) poderia, grosso modo, ser representado por:

(1'') $FL_2 = FL_1 +$ toda informação lexical necessária à caracterização de carro (\neq João, tigre, ônibus...), de matar (\neq alimentar, vacinar...), de gato (\neq cão, homem...) além de uma especificação para o artigo "o" etc.²⁵

Em outras palavras, numa FL_2 os aspectos descritos por FL_1 continuam apontando para as condições gerais de verdade e para condições globais de organização do seu significado, enquanto os aspectos com

(25) Uma forma menos informal de representar a descrição lexical já foi feita na página 32 desse texto, em nota ao pé de página. Julgo desnecessário aquele detalhamento aqui, já que se trata apenas de uma oposição na maneira de representar formas lógicas possíveis.

plementares forneceriam todos os elementos necessá-
rios para a compreensão da natureza do significado
da sentença. Nesses termos, a FL_2 é uma versão des-
critiva aprimorada do significado, que aguça, de
um lado, um pouco mais sua dimensão estrutural, e
do outro, sua dimensão conceitual (praticamente des-
prezada no plano de FL_1). Supostamente, tudo que é
básico na caracterização do significado deve ter
uma expressão, uma função no formalismo em que o
cálculo operará.

No interior dessa segunda abordagem, existem,
então, outros procedimentos que também atuam como
expressão da FL_2 , isto é, regras de organização de
uma sentença, configuração estrutural de itens le-
xicais, determinação de pressupostos e regras de
composição de significados de nível superior, o
que faz dela um mecanismo complexo²⁶ e muito dife-
rente de FL_1 . Dessa complexidade resulta, portanto,
que o cálculo do significado a partir de FL_2 deve
cobrir funções distintas daquelas previstas para
 FL_1 , ou seja, ele representa um investimento da or-
dem da fixação das condições de aplicação de uma
sentença (e não apenas das condições dos seus valo-
res de verdade). Vejamos essa distinção no exemplo
ambiguamente formulado

(26) Por essa razão, penso eu, é que não existe
ainda um formato ideal, claramente estipulado
para uma FL_2 .

(2) Paulo está crescendo.

Tomemos de (2) as duas leituras que nos são mais evidentes: "o crescimento corporal de Paulo" e "o crescimento não-corporal de Paulo".

Ora, dentro daquilo que FL_1 pode estipular para (2) está a fixação das suas condições de verdade: (2) é verdadeira se a constante Paulo, num tempo determinado (T_2), apresenta uma "mudança" qualquer que é "maior" em relação ao seu "estado" num tempo (T_1), anterior a (T_2); caso contrário a sentença é falsa. Então, apresentada dessa forma, FL_1 não é suficiente para desfazer a ambigüidade maior do significado de (2) e indicar, portanto, um caminho que deva ser percorrido na sua derivação para a escolha apropriada de um dos significados possíveis para "crescer". Essa caracterização de FL_1 sobre, então, qualquer uma das leituras iniciais de (2), isto é, ela "desconhece" a distinção entre as duas leituras.

Entretanto, FL_2 deverá assegurar a (2) essa bifurcação de caminhos derivacionais que o item lexical "crescer" admite. Assim, dependendo da escolha da descrição lexical de crescer feita por uma regra de projeção, FL_2 vai impor restrições de aplicação a (2) em certos contextos. Por exemplo, se a descrição lexical de crescendo, selecionada por uma regra de projeção, incluir o traço (... (NATUREZA: corporal)...), o cálculo a ser procedido

estará especificando a que tipo de contexto (2) po de se aplicar (digamos, naquelas situações em que se fala do crescimento físico de João). Todavia, se o traço (... (NATUREZA: não-corporal)...) é que fizer parte da descrição lexical escolhida, então (2) se aplicará a um número muito amplo de contextos que pode incluir qualquer referência ao crescimento de João, desde que não seja o do seu corpo em particular (isto é, Paulo está melhorando na natação, no futebol, nos estudos, nos negócios etc.).

É evidente que todas essas aplicações de (2) continuam também sendo reguladas pelas suas condições de verdade (cf. FL₁): ninguém vai utilizar essa frase com um valor descritivo para relatar uma situação onde se assiste ao "encolhimento" de Paulo; daí a razão pela qual FL₂ deve incorporar as funções de FL₁. Em resumo, ao compararmos as funções de FL₁ e de FL₂, podemos inferir que o fato de FL₂ prover uma descrição de natureza semântica de uma frase com base na descrição dos seus itens lexicais, permitindo que se escolha uma das leituras possíveis, faz dela uma aproximação mais realista daquilo que pode vir a ser, na seqüência do seu uso, o seu sentido terminal.

3. Sobre a produção do sentido

A categoria Produção do sentido tem sido largamente utilizada hoje no contexto de certas refle

xões sobre significação. No geral, se usa de Produção do Sentido para cobrir situações que vão de macro-interpretações de textos até interpretações singulares de itens lexicais. Não existe nenhum inconveniente, necessariamente, nessa amplitude de uso, mesmo porque ela assegura uma certeza importante : nenhum sentido, na gama que tem compreendido sua aplicação, é dado, na sua terminalidade, mas produzido. Fora essa convergência de concepção, ressaltam-se empregos bastante distintos e que cobrem fatos também diversos. Por exemplo, costuma-se usar essa noção para: (a) abordar fatos que dizem respeito a intervenções de um leitor em um texto, admitindo-se que leituras resultantes dessa intervenção são produzidas a partir de condições e de representações que são feitas de objetos específicos do texto; (b) mostrar que situações históricas específicas determinam direções de leituras, ou seja, que o sentido se produz a partir de condições históricas determinadas; (c) demonstrar que combinações de itens lexicais específicos resultam sentidos terminais não apenas dedutíveis dos significados básicos dos itens isolados, mas acrescidos de outros fatores não previstos. Provavelmente, existem outros usos mais localizados, mas suponho que essa forma de resumir a questão permite, de novo, ressaltar as três categorias maiores que têm motivado essa reflexão, isto é, Sujeito, História e

Sistema.

Se Produção do Sentido carece ainda de um rigor conceitual maior, em relação a Cálculo do Significado, uma busca de precisão conceitual constitui tarefa muito complicada, tais as funções que a ela têm sido atribuídas em termos de linguagem, isto é, operar numa correlação que englobe as três categorias básicas mencionadas. Pelo que já vimos delas, nenhuma se inscreve numa ordem de independência em relação às demais; ao contrário, estamos lidando com elas numa perspectiva de determinação que une Sistema-Sujeito e uma outra que aproxima História-Sujeito. É desses momentos de determinação, portanto, e no contraste com o Cálculo do Significado, que podemos tecer algumas observações em termos daquilo que se pode conceber como uma conceituação da Produção do Sentido.

Quando abordamos o Cálculo do Significado, incluímos uma primeira determinação, ou seja, a do sistema lingüístico sobre o usuário; então, falar uma língua, como já foi descrito, é, antes de tudo, sujeitar-se às regras que são impostas por um sistema particular. Não há fala fora desse sistema, ou não há fala sem que se reproduzam alguns princípios de organização que ele exige. A Produção do Sentido, como uma extensão do Cálculo, também incorpora essa determinação e acrescenta uma outra: a determinação histórica. Assim, falar da Produção

do Sentido para um signo ou para uma cadeia de signos é, antes de mais nada, apontar o que há de resíduo histórico em cada uma das situações. Nenhum conjunto de signos, então, no momento de sua circulação, estará isento dessa determinação. Os signos não funcionam, numa dada situação histórica, apenas com o substrato conceitual que se pode a eles atribuir numa dimensão puramente estrutural e universal. Os signos são também produto de todo intinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo. Ao incorporar a determinação histórica, a questão da Produção do Sentido abre espaço, então, para uma série de fatores que afetam uma configuração final do sentido, fatores que se materializam numa manipulação do código para produzir efeitos de sentido.

Assim, comprimido entre esses dois níveis de determinação, o sentido pode figurar como alguma coisa que se apresenta sempre previsto, estável. Ele surge, então, como legitimado por essas duas instâncias de determinação, isto é, dada uma caracterização de funções ao nível do sistema conjuntamente com especificações de ordem histórica, o sentido terminal se emergiria automático. Não há dúvidas de que grande estratos daquilo a que chamamos discursos sociais comportam de maneira um tanto

similar a isso que foi descrito acima. Não é assim, por exemplo, o discurso, digamos, da imprensa: en-trincheirado nos limites do sistema e da contemporaneidade (ou até mesmo da instantaneidade) histórica?

Mas esse esquema de determinação acaba por gerar também uma perspectiva (ou uma expectativa) de rompimento com o previsível, o que não quer dizer que qualquer possibilidade de ocorrência do não-previsível seja a-histórico. Então, não é o fato de desconhecer as marcas da determinação que possibilita o não-previsível, mas sim uma dimensão menos hegemônica dela. Logo, é corrente falar em Produção do Sentido tanto para discursos hegemônicos, isto é, aqueles discursos previstos pelas condições gerais que regem seus processos de produção, bem como para discursos com atenuantes na sua feição hegemônica, isto é, aqueles que facultam, apesar da determinação, a emergência do "novo".

Em relação aos discursos hegemônicos, tem sido farta a demonstração de inúmeros de seus aspectos. No geral, costuma-se propor caracterizações desses discursos em termos de suas regras constitutivas, dos objetivos a que se destinam e dos limites em que se enquadram. Isso tem sido demonstrado para o discurso publicitário, o eleitoral o jurí-

dico, o pedagógico, o científico. Vamos lembrar aqui apenas um pequeno aspecto, que tem merecido pouca ênfase em grande parte de reflexões que abor- dam esses estratos de linguagem. Trata-se de um certo tipo de abordagem que deixa escapar, na sua forma de constituição, uma referência explícita aos "atos de linguagem" que permeiam esses discursos como prática de linguagem institucionalizada por diversos lugares da sociedade. Uma análise dos "atos", nesse momento, poderia nos prover de informa- ções mais detalhadas sobre a estrutura e o funcio- namento desses discursos. Exemplificando sumaria- mente: costuma-se argumentar que um discurso elei- toral se "macula" pelo excesso de promessas incabí- veis. Esta é uma constatação inegável nesse tipo de instrumento de campanha, mas sua crítica só é válida se levada às últimas consequências da reali- zação política (administrativa ou parlamentar), o que uma decisão "a priori" é sempre temerosa. Toda via, em termos de organização discursiva talvez es- ta seja a única forma de possível existência do discurso eleitoral: as palavras que constiutem uma prática de linguagem dominada pelo ato de prometer descrevem o real e o irreal, o possível e o impossí- vel sem limites de clareza e distinção. Os filóso- fos analíticos propuseram que os procedimentos que permitiriam avaliar essa questão se resumiam numa aferição das condições preparatórias (aquelas que conferem ao usuário "autoridade" para empregar cer

tos termos, em resumo) e das condições de sinceridade (aquelas que emparelham sentidos com as 'boas' intenções de realizar atos que eles descrevem). Tudo isso seria muito correto (pelo menos para o contexto da Teoria dos Atos), se qualquer prática de linguagem não tornasse confundíveis as fronteiras entre a realidade e a ficção e não tendesse a uniformizar esses dois níveis de elaboração conceitual. Assim, o ato de prometer precisa ser visto como norma constitutiva de um certo tipo de discurso, pois essa é, provavelmente, a única forma de discurso eleitoral que é dada a conhecer.

Depois dessa digressão, voltemos à questão central que está a nos interessar mais de perto: uma avaliação daqueles discursos considerados não hegemônicos numa dada conjuntura política. No geral, o que os caracteriza é a função de "denunciar o velho" e de "anunciar o novo"²⁷ permitindo que uma prática de linguagem se constitua como um estágio de uma prática libertária mais abrangente. Em particular, a sua função é introduzir algum estranhamento naquilo que, pela reprodução hegemônica se "nataralizou" por camadas diversas da sociedade. Assim, um discurso revolucionário é não-hegemônico,

(27) Denúncia e anúncio aqui não pressupõem, embora importante, uma avaliação axiológica, ética de sentido circulante, mas apenas a possibilidade de rompimento com formações discursivas predominantes e de uma prática de linguagem a partir de outras formações.

enquanto instrumento que visa "estranhar" o 'status-quo', ou seja, introduzir, numa ordem que se naturalizou pela identidade, pela semelhança, pelo monopólio, a diferença. Não teriam, por acaso, essa função os discursos científicos ou "político-revolucionários"? Na ciência, uma "troca" de paradigma não implica "estranhar" o paradigma em curso, isto é, marcar diferenças daquilo que se propõe com o que está assentado? Por último, do ponto de vista operacional, o que viria caracterizar esses discursos não-hegemônicos?

Retomando parte de comentários que já foram desenvolvidos em relação àquilo que constitui o sujeito, lembramos que ele foi apontado como decorrência de dois momentos de tensão: (a) de um lado uma tensão que se verificou entre o usuário e o sistema lingüístico, a qual se manifesta sob formas variadas de manipulação do código, que serão comentadas mais adiante; (b) de outro, uma tensão que se manifesta pela necessidade política de confrontação com posições históricas hegemonicamente estratificadas num processo social. A expressão material desse segundo momento de tensão se faz representar pelos efeitos de sentido. Logo, a possibilidade, na sua forma mais evidente, de caracterizar um discurso não-hegemônico é de mostrar que esse discurso é uma resultante dos dois momentos de tensão acima. Na sua forma mais imediata, ele é um

discurso "cunhado" pelo Sujeito, porque decorre de um momento de tensão que implica na manipulação do código e de um outro, que visa projetar efeitos de sentido. Aqui, usaremos uma dimensão restrita de noção de efeitos de sentido, ou seja, na sua origem, são camadas de sentido produzidas a partir de uma manipulação do código e nas suas conseqüências, são camadas de sentido que propiciam "sangrias" no discurso hegemônico.

4. Alguns processos de manipulação do código

Nos comentários seguintes, tentarei apontar alguns procedimentos de manipulação do código que, no meu entender, constituem uma primeira aproximação mais especificada de elementos que devem fazer parte da configuração de uma Gramática de Produção (e de reconhecimento, em alguma extensão). A argumentação aqui estará centrada numa preocupação de isolar os processos de produção do sentido, e não em avaliar exaustivamente os efeitos de sentido que deles decorrem. Isolando processos, estamos nos empenhando naquilo que há de essencial na produção do sentido, já que os efeitos, embora importantes, têm apenas uma dimensão contingente.

4.1 - Conotação

Essa noção tem sido usada, no geral, como forma de classificar certos significados dos signos,

ou seja, existe uma tipologia dos significados de um signo cujo rótulo de conotativo costuma caber a alguns deles e não a outros. Não estou aqui interessado neste tipo de utilização do termo²⁸, nem vamos aqui desenvolver maiores comentários sobre as inconveniências do seu uso. Interessa-nos, mais de imediato, fazer uso dessa noção a partir daquilo que Roland Barthes²⁹ (retomando Hjelmslev) formulou: a conotação é um processo de criação de novos signos mediante a anexação de Sós a signos já existentes e, como processo, ela tem a característica de ser aleatória, "errática", no dizer do autor. Isso nos obriga a admitir que não existe "sentido/significado conotativo", mas existe um uso conotativo que pode ser projetado, potencialmente, para qualquer signo da língua e que, cessado esse uso particular, suspende-se também a atuação da conotação. Ela tem, assim, um caráter eventual e por isso mesmo se torna a marca de um uso muito singular que emerge e se esvai na mesma rapidez.

No geral, todos os signos, no seu processo de

(28) Também não estou aqui preocupado com a denominação do fato que pode, a princípio, ser qualquer uma. O uso de conotação se deve à tentativa que tem sido feita de especializar o termo nessa direção.

(29) BARTHES (1975)

circulação social, estão expostos a essa turbulência que a conotação pode introduzir e que nenhuma normatização pode evitar. Esquemáticamente, usando a nomenclatura de Suassure, Barthes formulou assim uma representação desse conceito: ((Se/So)/So), ou seja, a conotação é esse algoritmo que pode, a cada momento de uso do signo, adicionar-lhe novos significados, os quais tendem a se desfazer, na medida em que cessa aquele uso particular.

Vamos simplificar este funcionamento da conotação a partir do texto "O descaralhamento das responsabilidades" (Cf. Anexo II). O que permite a compreensão da noção de crise em que o país vive deriva imediatamente de uma expressão já consagrada na língua como "estar no buraco" (que já se naturalizou na língua e que não guarda mais "lembrança conotativa"). Esta expressão não aparece literalmente no texto, mas foi introduzida pela sua frase inicial- "O país atravessa um momento de buraco". A partir daí, então, o signo buraco passa a representar no texto, os diversos 'momentos de buraco' em que o país vive, seja a trimestalidade do buraco, a revisão do buraco, o buraco argentino, o governo do Novo Buraco, o presidente José Buraco, o corte do buraco etc. Para cada um desses usos se aproveitou o signo buraco para a ele se acrescentar novos significados momentâneos, que perduram apenas enquan-

to perdura aquele momento do texto. Em resumo, podemos dizer que buraco se apresenta nesse texto, em grande parte do seus usos, como um mero receptáculo, que possibilita fazer circular outros significados e que sinteticamente se pode representar por (Se: |b-u-r-a-c-o|/So₁: "depressão numa superfície qualquer...")/So_n: salário, república, orçamento...). Assim, um nível de significação naturalizada, sob forma de (Se/So₁), absorve, em cada instante de uso, um (.../So_n) que passa, então, a articular um outro nível de significação, isto é, ((Se/So₁)So_n), conforme os exemplos.

Essa maneira de formular a conotação tem levantado algumas questões importantes, como, por exemplo: (a) quanto do primeiro nível de significação se aproveita na conotação? (b) a conotação só se naturaliza sobre um signo constituído e não sobre um significante (cujo significado tenha sido deslocado)? (c) há correspondência numérica entre os signos usados para construir um primeiro sistema e aqueles usados na conotação, (por exemplo, pode-se "colar" um significado de ironia, num segundo nível, num conjunto muito extenso de signos do primeiro nível de significação)?

Não vamos aqui entrar em detalhes dessas questões, interessa apenas enfatizar o fato de que a conotação não pode ser tomada como um produto acaba-

do, como uma instância de significação já naturalizada na língua. Nenhuma dessas relações criadas pela conotação comporta uma regulamentação via dicionário; elas acontecem e deixam de acontecer no momento seguinte; elas não estão naturalizadas em nenhum lugar do sistema, embora sempre utilizemos formas naturalizadas do primeiro sistema para chegar até elas³⁰. Embora indiferentes, num primeiro momento, a uma socialização efetiva, os significados de um segundo sistema não são necessariamente universais e nem podem ser tributados a indivíduos autônomos. Que autonomia do sujeito-suporte se pode entrever no texto em questão? A sujeição começa pela ordem do sistema: embora se possa reconhecer uma certa "frouxidão" nos processos combinatórios do signo buraco (trimestralidade do buraco, presidente José Buraco...), em nenhum momento ele foi empregado num ambiente sintático que não fosse apropriado a signos da sua espécie (por exemplo: momento de N, reaquecimento de N, corte de N, deposi

(30) O uso recente da palavra "paco e", na acepção de "conjunto de medidas autoritárias" tinha, até um certo momento, um valor conotativo. Por exemplo, os jornais, para chamar atenção para outro nível de leitura, costumavam grafá-la entre aspas. Trata-se hoje de uma prática em total desuso, porque essa acepção estabilizou-se, foi absorvida pelo sistema, não se constitui do mais em um uso conotativo. É nessa perspectiva, então, que dizemos que um signo naturalizou um certo sentido que fora eventual, facto extensivo a qualquer signo da língua.

tará seu N, etc.). Há momentos de quebra relativa dessa uniformidade de emprego do termo, que pode ser lembrado na expressão "Cidadãos, é hora de buraco!" por admitir projeções com valor verbal"...é hora de votar", por exemplo. Mas trata-se apenas de uma possibilidade de leitura para buraco; nada impede sua compreensão em termos de "... é hora de voto" ou "...é hora de democracia", ou "... é hora de responsabilidade." que retomaria o padrão de de terminação mais corrente no texto.

Além do mais, efeitos de sentido que são produzidos a partir de momento em que acionamos a conotação para a leitura de certos lugares desse texto, decorrem, naturalmente, de uma localização das coordenadas que permitem situá-lo no processo histórico. Então, para nós, sujeitos-históricos dessa contemporaneidade brasileira que o texto espelha, não há dificuldades na seleção de coordenadas e a compreensão dele é imediata, porque, como já vimos, ela está, em grande parte, assegurada por uma naturalidade sintática que comanda o seu processo de produção e de uma naturalidade semântica que pode divergir em aspectos apenas acidentais. (Cf. a questão levantada acima sobre a expressão "...é hora de buraco"). É possível que a grande dificuldade na compreensão histórica de um texto decorra precisamente da extrema dificuldade na localização de suas coordenadas, o que, em última análise, concorre

para inibir o funcionamento da conotação.

Em resumo, é nessa direção que penso poder "encampar" a conotação como um desses processos que, no seu conjunto, poderão explicitar melhor a noção de produção do sentido, vista a partir de uma manipulação do código e, em consequência, como um lugar de emergência do sujeito.

4.2 - Ambigüidade/Duplicidade Referencial

No momento em que situamos a questão da relação entre sentido e referente, ao longo dessa reflexão, fizemo-lo baseando-nos no fato de que o sentido, tal como aqui definido, numa forma abrangente, é uma intermediação entre um sujeito-suporte e a realidade dos objetos dos quais ele é uma representação conceitual. Assim, o sentido já guarda em si mesmo alguma coisa da ordem do sujeito, já que é uma criação, uma representação daquilo que está fora dele. Esta relação, vista dessa forma, assegura também uma certa imediatez entre o sentido e o referente. Então, assegurar uma informação "adequada" costuma ser tomado como uma forma de propiciar que a passagem do sentido para o referente (por exemplo) seja garantida sem desvios, univocamente. É isso, mais ou menos, que se costuma advogar como relevância do uso da "função referencial", onde se pretende que o sentido seja apenas um reflexo dos objetos que ele reporta. Numa abordagem

mais direcionada para a normatização de linguagem, essa posição tem sido alimentada como uma espécie de parâmetro de objetividade do discurso técnico / científico. Outras práticas de linguagem têm sido lembradas como expressão de uma estreiteza das relações entre sentido e referente. Nenhuma dessas práticas, entretanto, está isenta de uma contaminação de origem, isto é, a instabilidade de uma categoria como representação.

No seu estágio de criação, o sentido já traz consigo marcas de tensão decorrentes de uma função mediadora primária que lhe é própria, como já vimos anteriormente. Não é este, porém, o aspecto que aqui nos interessa. Entendemos que existe um outro nível de tensão que implica uma certa manipulação do código³¹ que decorre do aproveitamento de um sentido num dado instante, com mais de uma possibilidade referencial. Este fenômeno tem sido denominado de ambigüidade, numa análise lingüística da sua origem e estruturação e cobre aspectos que dizem respeito a arranjos de ordem fonológica, morfológica, sintática e lexical. Não importa, então, o nível lingüístico em que possamos situar o fenômeno: ele terá uma conseqüência uniforme, ou seja,

(31) Aqui cabe uma reflexão futura sobre o teor consciente/inconsciente dessa manipulação, a partir dos efeitos de sentido que ela pode propiciar.

a de produzir uma duplicidade referencial.

Logo, em cada lugar de um texto em que situemos uma ambigüidade, estamos apontando para um ponto de estrangulamento do código que permite uma bifurcação de leituras derivadas que conduzem a dimensões referenciais distintas. Vejamos um exemplo, a partir do texto "Variações" (Cf. Anexo III).

O presente texto cobre duas situações referenciais: uma que trata dos objetos da Economia, a outra, de uma situação de enforcamento. Há, então, termos usados pelo "ministro" e pelo enforcado que cobrem as duas situações simultaneamente. Por exemplo, descongelamento gradual, flexibilização têm direções referenciais duplas: da parte do "ministro", elas certamente cobrem objetos da Economia, pela própria seqüência de sua fala nas situações seguintes. Da parte do enforcado, elas, seguramente, cobrem relações referenciais distintas: a barra de gelo e a corda em seu pescoço. Um outro exemplo: a expressão final do enforcado "Puxa!" tanto compreende o espanto/satisfação pela situação econômica descrita, como uma solicitação para "puxar a corda" diante do desespero da situação.

É lógico que o texto apresenta muitos outros detalhes na construção de seu sentido e nos efeitos decorrentes, mas aqui estamos interessados mais

em assinalar momentos de tensão no código, que possibilitam aquilo a que chamamos de emergência do sujeito, e menos numa avaliação finalista dos seus efeitos. Então, não se trata apenas de "calcular" o significado de uma expressão como "O descongelamento será gradual" a partir de uma polissemia previsível do termo descongelamento. Isso é, naturalmente, importante, mas precisamos também buscar uma explicação menos taxionômica da questão, admitindo que o sentido em tela decorre também da organização (proposital) do código, de uma maneira tal a permitir que simultaneamente duas Gramáticas de Produção/Reconhecimento, atreladas a condições materiais específicas, estejam atuando sobre fragmentos de linguagem idênticos. Assim, a interpretação de um texto, como este, por parte de qualquer leitor implica o domínio de pelo menos duas Gramáticas de Reconhecimento, uma que atribuirá sentidos adequados aos objetos da Economia e a outra que o fará com base no enforcamento, a partir dos mesmos extratos de discurso.

Embora tendo optado aqui por uma dimensão mais restrita de produção do sentido, aquela que aponta para arranjos do código, não podemos deixar escapar a oportunidade para reafirmar que uma avaliação teórica dessa noção implica uma avaliação de Gramáticas de Produção/Reconhecimento disponíveis para a consecução dos discursos sociais. Ainda que

anunciadas aqui na forma de plural, nada nos leva a supor essa gramáticas como expressão de falantes individuais. Por mais pluralistas que sejam, elas se curvam, na sua origem, a duas ordens de determinação básicas: os sistema, como limites de expressão do código e a história, como mecanismo de "distribuição" dos lugares sociais.

Por último, são nesses momentos de elaboração do código que melhor se evidencia a "emergência do sujeito" na língua, embora como já insistimos, em outras ocasiões, esse tipo de extrato discursivo, aqui analisado, constitui apenas momentos privilegiados, mas não exclusivos, dessa emergência. De toda forma, é preciso aprofundar ainda muito a extensão desse fenômeno (ambigüidade/duplicidade referencial) nos processos de produção do Sentido.

PARTE V: Conclusão

Ao longo desse texto procurei reagrupar algumas reflexões mais importantes nas discussões sobre a questão da Semântica nos últimos tempos. Não se pretendeu aqui uma avaliação de nenhuma corrente, nem de nenhuma teoria em particular; procurei apenas mencionar grande parte dessas questões que já são de conhecimento geral, tentando extrair delas aqueles aspectos que nos podem conduzir a um

equacionamento de problemas, superando o impasse em que se encontra a Semântica.

Se de um lado, podemos reconhecer um certo progresso na discussão de questões a ela relacionadas, constatamos também um vácuo que "desconhece" muitos problemas de sentido que emergem de nossas práticas diárias de linguagem. O núcleo desses problemas é, sem dúvida, a impressão de que a Teoria fala do acidental e esquece o essencial, cobrindo, então, uma parte muito pequena daquilo que projetamos para a Semântica.

Muitas abordagens levantaram discussões pertinentes: umas caminharam na direção de uma "arquitetura" lexical, outras, na busca de um formalismo efetivo. Assim, abordagens como a da Análise Sêmica e a da Análise Componential fizeram da Semântica Estrutural um procedimento importante na percepção do significado como sistema de traços, mas deles não podemos esperar muito mais, porque não chegaram a transpor uma dimensão de análise lexical. Por outro lado, os fatos que propiciaram a polêmica entre Semântica Gerativa e Semântica Interpretativa foram tecnicamente importantes em ajustes dos processos derivacionais, mas dela não extraímos o suficiente que permita fundar qualquer Teoria com base nesse ou naquele enfoque. Também a discussão, na esteira da polêmica acima, sobre o fato de ser ou não a

interpretação semântica um fenômeno de superfície permitiu equacionar problemas relativos ao sentido, mas o que daqui decorreu não resultou em nenhuma teoria específica. Afinal, existiria alguma Teoria numa ou noutra dimensão? Não há ainda o que negar do avanço do formalismo alcançado no interior de cada uma dessas abordagens, ou de outras paralelas, no tratamento de questões específicas, mas tudo ainda permanece muito longe de se constituir num algoritmo eficaz para tratar dos fatos que nomeamos como semânticos. Enfim, não há como descartar, aprioristicamente, quaisquer dessas incursões processadas no bojo daquilo que entendemos como uma reflexão sobre o sentido. Mas também pode ser difícil equacionar um número muito grande de idiosincrasias que se alimentaram nessa discussão com a necessidade de uma proposta global.

Assim, as dificuldades, levantadas no decorrer desse texto, estiveram centradas numa preocupação básica: a de ampliar, sem relegar aquilo que tem constituído preocupações fundamentais, o raio de abrangência de uma abordagem que pretenda responder por fatos de sentido, nas dimensões mais diversas (sua origem, sua configuração formal, sua função social...).

Sendo assim, não há porque impor limites à forma de operar com essa questão, mesmo porque estar

correndo o risco de apenas dizer "les verités de la Palice", como já disse Pêcheux, não é nem ao menos ser original. Então, não existem razões para se resguardar dos riscos, a construção de uma Teoria do Sentido, digamos, oscila entre uma ontologia, uma Lógica, a História e, provavelmente, muitos desvarios.

HUGO MARI

Dep. de Letras Vernâculas
fev./1990

PONTOS

Luis Fernando Veríssimo

No início era um ponto. Ponto de partida. O ponto onde a tangente toca a circunferência, e faz-se a vida. Ponto pacífico.

O círculo é a timidez do ponto. A linha é o ponto desvalzado. O travessão é o ponto-ante-ponto, a primeira exploração embevecida, a infância. Ligando as palavras. Nasceu num ponto qualquer do mapa. Sua mãe levou pontos depois do parto. A linha reta é o caminho mais chato entre o parto e o ponto final. Preferiu o zig-zag. Teve uma vida pontilhada, os pontos que caíam nos exames, os pontos que subiam na Bolsa, os pontos de macumba, os pontapés. Mas sempre foi pontual.

O ponto é uma vírgula sem rabo.

A vírgula não é como o ponto e vírgula ponto e vírgula a vírgula qualquer um usa mas o ponto e vírgula requer prática e discernimento vírgula modestia à parte ponto.

Nova linha. Fez ponto em frente à casa da namorada, uma circunferência com vários pontos positivos, como a sua mãe apontada acima. Não dormiu no ponto, acabou convidado para entrar quando estava a ponto de desistir, pontificou sobre vários pontos, não demora já era apontado como íntimo da casa, jogava cartas (pontinho) com a família, parecia um pontífice, não desapaentou. Casaram. Tinham muitos pontos em comum.

O sexo! Ponto de exclamação. Querida, estou a ponto de... não! Cuidado. Ponto fraco. A tangente toca a circunferência. Outro ponto no mapa. Parto. Pontos.

Tiveram muitos pontos em comum. Os outros caçoavam: que pontaria! Discordavam num ponto: a pilula.

Zig-zag-zig-zag. Os ponteiros andando. Um dia, no futebol — jogava na ponta — sentiu umas pontadas. Coração. O ponto-chave.

O médico insistiu num ponto: pára.

Mas como? Chegara a um ponto em que não podia parar, era um ponto projetado no espaço, a vida é um ponto com raiva, parar como? A que ponto? Saiu encurvado. Como um ponto de interrogação.

Só uma solução, dois pontos: 13 pontos na loteria. Senão era um ponto morto. A linha ret, no eletro, outro ponto pacífico, o ponto no infinito onde as paralelas, a distância mais curta entre, cheguei a um ponto em que, ou Deus... três pontinhos.

Jogou o que tinha num ponto de bicho e o que não tinha num ponto lotérico. Não deu ponto.

Em casa a circunferência e os sete pontinhos. Resolveu pingar os pontos nos is. Melhor deixar uma viúva no ponto.

De um ponto de ônibus mergulhou, de ponta-cabeça, na ponta de um táxi, ou de um ponto de táxi na ponta de um ônibus, é um ponto discutível. Entregou os pontos.

O Popular, Rio de Janeiro
José Olympio, 1. 13, p. 97-8

EDITORIAL

O descaralhamento das responsabilidades

Perry White

O país atravessa um momento de buraco. Somente com a retomada do buraco e o reaquecimento do buraco poderemos alcançar a otimização do processo de buraco. A pressão do buraco internacional é intolerável. Nossa classe trabalhadora já deu sua cota de buraco. A trimestralidade do buraco é uma realidade. As Forças Armadas não permitirão, em hipótese alguma, uma revisão do buraco. O exemplo do buraco argentino não deve ser buraco aqui. Temos que dar todo nosso apoio ao governo do Novo Buraco do presidente José Buraco, no que diz respeito ao corte no buraco.

Cidadãos, é hora de buraco! Em 15 de buraco todo eleitor consciente, munido de seu buraco se dirigirá ao buraco eleitoral e depositará o seu buraco no buraco, escolhendo livremente o buraco de seu buraco!

Buraco é Buraco.

Luis Fernando Verissimo

VARIAÇÕES



VEJA, 16 SETEMBRO DE 1987

01. AUSTIN, J.L. How to things with words. Oxford University Press, 1962.
02. BARTHES, R. Elementos de Semiologia, São Paulo, Cultrix, 1975..
03. BENVENISTE, E. Da Subjetividade na Linguagem . In: Problemas de Lingüística Geral. São Paulo, Nacional, 1976.
04. DONNELLANN, K. S. The contingent 'a priori' and rigid designators. In: SCHWARTZ, S. (org.) Naming, Necessity and Natural Kindes. Ithaca , Cornell University Press, 1977
05. GUIMARÃES, E. Texto e Argumentação. Um estudo de conjunções do Português. Campinas, Pontes, 1987.
06. KATZ, J.J. Teoria Semântica. In: LOBATO, L.M.P. (org.) A Semântica na Lingüística Moderna. O Léxico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
07. _____ The Neoclassical Theory of Reference. In: FRENCH, P.A. et alii (ed.) Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language . Minneapolis, University of Minnesota Press , 1979.
08. _____ Chomsky on Meaning. In: Language Journal of the Linguistic Society of America. 56: 1, março 1980.

09. _____ Logic and Language. An Examination of Recent Criticisms of Intensionalism. (s.d.), (texto mimeografado).
10. KRIPKE, S.A. Naming and Necessity. In DAVIDSON, D. & HARMAN, G. (org.) Semantics of Natural Language. Dordrecht, Reidel, 1972.
11. LAKOFF, G. Semântica Gerativa, In: DASCAL, M. Fundamentos Metodológicos da Linguística. vol. 1, São Paulo, Global, 1978.
12. PUTNAM, H. Is Semantics Possible? In: Mind Language and Reality. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.
13. _____ Referência/Verdade. In: Enciclopédia Einaudi. Lógica Combinatória, 13, Porto, Imprensa Nacional, 1988.
14. SCHWARTZ, S.P. Introduction. In: SCHWARTZ, S.P. (org.) Naming, Necessity and Natural Kinds. Ithaca, Cornell University Press, 1977.
15. SEARLE, J. Actos de Fala. Coimbra, Almedina, 1984.
16. VANDERVEKEN, D. A model-theoretical semantics for illocutionary force. In: Logique et Analyse. 103-4, 1983.

17. _____ O que é uma força ilocucional? In: DASCAL, M. (org.) Cadernos de Estudos Linguísticos. 9, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1985.
18. VERÓN, E. Semiose Social. In: Produção do Sentido. São Paulo, Cultrix, 1980.

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA